CLEIDE DE OLIVEIRA

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

Salvador - BA
1997

Fac. Ciências Eco, / UFBa.
Biblioteca
12.823
Seção Mestrado

CLEIDE OLIVEIRA

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Colegiado do curso de graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito à obtenção do grau de Bacharel em economia

Prof. Orientador:
GUILHERME FURTADO LOPES

Salvador - BA
1997

Agradecimentos

Agradeço à Deus por ter cuidado de tudo, criando situações favoráveis para a execução deste trabalho e por ter me dado forças para continuar, quando a vontade, era em alguns momentos de desistir devido as circunstâncias da vida.

A minha família pelo carinho, confiança e orações e aos meus irmãos da I. Batista Sinai pelo constante incentivo e ajuda.

Agradecimentos especiais à família Feitosa, ao Ederval, minhas amigas Climéria e Mirian pelo incessante apoio e solidariedade.

Ao professor Guilherme pela paciência e compreensão dados a uma aluna um tanto rebelde.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 5

1. ***INTRODUÇÃO*** 6

1.1 *PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL* 7
1.2 *O MERCADO DE EURODÓLARES (EUROMERCADO.)* 12
1.3 *RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA* 15

2. ***MOBILIDADE DO CAPITAL INTERNACIONAL*** 19

2.1 MODELO DE ABERTURA ECONÔMICA 20
2.1.1 Modelo Mundell-Fleming 21
2.2. MODELO ADAPTADO 25

3. ***SISTEMA FINANCEIRO*** 26

3.1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 27
3.2 REFORMA FINANCEIRA - 1964-1965 29

4. ***O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO*** 32

4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO 35
4.2 OPERAÇÕES BANCÁRIAS 36
4.3 INTERNACIONALIZAÇÃO NO SISTEMA BANCÁRIO 39
4.3.1 Investimento Direto 40
4.3.2 Proporção entre Passivo Externo e Passivo Total dos Bancos 44
4.3.3 Movimento de Capitais Estrangeiros 46
4.3.4 Tecnologia - A Automação Bancária 49

5. ***CONCLUSÃO*** 52

BIBLIOGRAFIA 54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MOVIMENTO DE CAPITAIS 23

TABELA 2 - PRINCIPAIS NEGÓCIOS DO SISTEMA BANCÁRIO.....34

TABELA 3 - COMPOSIÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO.....35

TABELA 4 - MOVIMENTO FINANCEIRO - 50 MAIORES BANCOS.....42

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DE ATIVOS - 10 MAIORES BANCOS.....42

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DO PASSIVO EXTERNO - BANCOS PRIVADOS.....45

TABELA 7 - MOVIMENTO DE CAPITAIS.....46

TABELA 8 - FLUXOS INVESTIMENTO EXTERNO.....47

ANEXO I - INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS - BACEN.....57

ANEXO II - FUNDOS DE INVESTIMENTO.....74

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste projeto de pesquisa é identificar como ocorreu o processo de internacionalização do sistema brasileiro: mecanismos e inovações condicionantes antes e após implantação do Plano Real.

A metodologia utilizada é descritiva, organizada de forma a conduzir o leitor a perceber a relevância do tema escolhido.

Na primeira seção deste capítulo introdutório, é feita uma abordagem histórica das crises e mudanças no cenário monetário e financeiro internacional até a década de oitenta. A segunda parte é dedicada ao mercado de eurodólares que pode ser concebido como a grande inovação das finanças internacionais, pois foi precursor da volatilidade do capital financeiro. O terceiro assunto a ser tratado é um pequeno relato da dívida externa brasileira atrelada às mudanças na conjuntura das finanças internacionais.

O segundo capítulo aborda a dinâmica do capital internacional e a sua mobilidade a partir do referencial teórico Mundell-Fleming e o modelo adaptado para análise do tema. As hipóteses utilizadas para explicar o modelo é que as taxas de câmbio são flexíveis, há perfeita mobilidade do capital internacional na economia brasileira e que a mesma não se encontra em pleno equilíbrio.

O terceiro capítulo apresenta a nomenclatura do sistema financeiro brasileiro e aborda de forma histórica a Reforma Financeira de 1964.

O último capítulo descreve o sistema bancário atual, a quantidade de empresas na *indústria bancária*, a parcela de bancos internacionais e sua participação no conjunto do sistema.

1.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO MERCADO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Os acontecimentos monetarios internacionais afetam os trabalhadores, consumidores, viajantes, produtores de bens e serviços e os investidores, tanto para mercados nacionais e internacionais. Atualmente são numerosos os canais que transmitem o impacto dos fatos monetários aos povos em vários setores da sociedade. "O objetivo de um sistema monetário internacional é viabilizar as transações entre Países, estabelecendo regras e convenções que regulem as relações monetarias e financeiras que não criem entraves ao desenvolvimento mundial."(Vasconcellos, 1996, p.275)

A crise dos anos 30 e as hiperinflações dos Países europeus, provocaram grandes perturbações na economia de praticamente todos os Países e consequentemente, nas relações econômicas internacionais. A ruptura do padrão-ouro nos anos entre as guerras, reduziu substancialmente as relações econômicas internacionais tanto comerciais como financeiras. Ao final da Segunda Guerra Mundial o sistema monetário internacional demandava uma remodelagem em sua estrutura para o desenvolvimento das relações econômicas entre os Países.

Em julho de 1944, realizou-se a conferência de Bretton Woods em Hampshire (EUA). As discussões foram centradas nas idéias de Lorde Keynes e de Harry Dexter White, funcionário do Tesouro Americano. O resultado desta conferência foi a criação de um sistema de câmbio de paridade fixas que flexibilizava o padrão-ouro que era a base do sistema monetário internacional; a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (Ibid.,, p.277)

O FMI, foi criado com o objetivo de evitar possíveis instabilidades cambiais e eliminando práticas discriminatórias e restritivas aos pagamentos multilaterais, tendo como meta a estabilidade financeira interna e o combate à inflação dos Países membros, fornecendo socorro aos mesmos, quando ocorressem desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos, financiando-os com os chamados empréstimos compensatórios.

O Banco Mundial foi desenvolvido com o intuito de auxiliar a reconstrução dos Países devastados pela guerra e, posteriormente, de promover o desenvolvimento dos Países menos desenvolvidos. Seu capital era subscrito pelos Países credores na proporção de sua importância econômica. este capital era empregado com taxas de juros reduzidas para os Países menos desenvolvidos objetivando desenvolver projetos economicamente viáveis e relevantes para o desenvolvimento dos mesmos (Vasconcellos, 1996, p.278)

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), foi criado alguns anos depois da conferência de Bretton Woods, com a finalidade básica de reduzir as restrições ao comércio internacional e à liberação do comércio multilateral. Os princípios básicos eram: redução das barreiras comerciais, não discriminação comercial entre os Países, compensação dos Países prejudicados, quando do aumento das tarifas alfandegárias e a arbitragem dos conflitos comerciais. Atualmente o GATT denomina-se OMC - Organização Mundial do Comércio.(Ibid.,, p.278)

Com o fim da Segunda Guerra, a Europa enfrentava a problemas de infra-estrutura devido a destruição, estragos no meio ambiente, como se encontrava com suas operações comerciais, industriais e financeiras paralisadas.

Para que os Países europeus retomassem suas atividades econômicas foram criados mecanismos de ajuda financeira. Em 1948 foi criado o Plano Marshall (Programa de Recuperação Européia), um plano de ajuda financeira encabeçado pelos *Estados Unidos*. Até consolidação do Plano Marshall foram necessárias inúmeras negociações até que os interesses americanos e europeus fossem conciliados. (Almeida Filho, 1987, p.120).

Os *Estados Unidos*, que haviam saído da guerra menos afetados que os Países europeus, tornaram-se o grande fornecedor de recursos para a reconstrução dos Países atingidos pela guerra. Em termos econômicos este período foi marcado pelo crescimento da produção em massa de produtos padronizados.

Neste processo de ajuda, os *Estados Unidos* forneciam dólares para satisfazer a procura por moeda internacional pelos demais Países, sem no entanto estabelecer limites. Havia uma oferta virtualmente inesgotável de letras do Tesouro Americano depositados nos bancos americanos. Mas a capacidade até então de fornecer ouro aos bancos centrais estrangeiros era limitada. Neste período, os estoques estrangeiros de dólares aumentavam e os estoques de ouro do Tesouro americano declinavam a medida que os bancos centrais dos Países europeus buscavam aumentar seus estoques de moeda internacional.

A venda de dólares aos bancos centrais estrangeiros, significava um déficit na balança de pagamentos americana. Com o objetivo de reduzir o fluxo de dólares destinados aos bancos estrangeiros, foram criadas medidas que obrigavam os órgãos governamentais destes Países, a comprarem mercadorias americanas, mesmo quando, o preço destas mercadorias eram maiores que as ofertadas por outros Países; tributação sobre as compras de valores mobiliários estrangeiros pelos residentes americanos; compra de equipamentos militares americanos pelos Países onde eram mantidas as bases militares americanas, para compensar as despesas militares americanas (Ibid.,, Burte & Rolfe, 1976, p.230).

Estas medidas não tiveram nenhum efeito líquido na diminuição do déficit do balanço de pagamentos americano. Outro fator relevante, era que os Países com superávites não estavam convencidos que o déficit americano era um problema do sistema e tinham uma forte preferência pela manutenção da maior parte da moeda internacional em ouro, o que favorecia o aumento do metal. O aumento do ouro para o estado americano, significava internamente uma desvalorização do dólar em relação ao ouro.

Esta situação chegou ao estrangulamento em 15 de agosto de 1971, quando então o presidente americano Nixon, anunciou que o Tesouro Americano suspenderia as vendas e compras de ouro, impondo ainda, uma sobretaxa de 10% sobre as importações tributáveis. Em seguida, os americanos adotaram uma política chamada de "...negligência benigna: nada fazer"(Ibid.,, p.230). Os dólares saíam dos *Estados Unidos* em grande quantidade e o governo não intervinha para deter este fluxo ou para sustentar o dólar nos mercados cambiais, assumindo uma atitude de plácida resignação, deixando o destino do dólar nas mãos estrangeiras ou às forças dos mercados cambiais, uma vez que a Europa e o Japão resistiam ao elemento chave da reforma do sistema: a desvalorização do dólar e a flexibilização cambial.

Ao final do ano de 1971, o dólar foi desvalorizado em 8%, elevando o preço de ouro a US$38/onça, com um conseqüente aumento da cotação das moedas japonesa, alemã, suíça e holandesa. As margens permissíveis de flutuação ao redor da paridade foram ampliadas de 1% para 2,25%. O sistema de taxas fixas é rompido e substituído pelo sistema de taxas flexíveis.

Os acontecimentos marcantes para o sistema monetário internacional na década de 70 foram os choques do petróleo de 1973 e 1979 e o endividamento das grandes empresas multinacionais e dos Países do Terceiro Mundo, que culminou numa recessão mundial no final da década.

As grandes empresas produtivas nesta época passaram de uma situação de folgada liquidez, onde prevaleciam baixas taxas de juros de longo prazo, para uma situação inversa,. devido às políticas restritivas praticadas pelos *Estados Unidos*, agravada pelas tendências recessivas da economia mundial, que provocou simultaneamente a queda na massa de lucros e salários, elevação das taxas de juros e redução dos prazos para novas dívidas.

"A política fiscal e monetária americana (...) que foi secundada pelo governo da Inglaterra, de caráter profundamente restritivo, obteve três resultados fundamentais: 1) produziu a maior elevação da taxa de juros real jamais vista no mundo capitalista; 2) reforçou a posição financeira do dólar e da libra, obrigando à desvalorização relativa das demais moedas; 3) generalizou as tendências recessivas dos investimentos, da produção e do comércio a partir de 1980. (Tavares., p.19)

Paralelamente os Países do Terceiro Mundo encontravam-se em situação de crescente inadimplência, por causa do peso crescente das dívidas de curto prazo devido a elevação das taxas de juros, tornando seus déficits fiscais progressivamente endógenos (Ibid.,, 1983, p.16).

Os primeiros sinais de esgotamento da liquidez internacional sugiram no início do ano de 1981. A *Libor* (taxa de empréstimos interbancários de Londres), atingiu níveis superiores a 19% e a *prime rate* (taxa de empréstimos dos bancos americanos) 22% a.a. (Carvalho & Studart, 1995, p.25)

Os primeiros sinais de colapso foram dados por alguns eventos:

a.) Falências de empresas de grande porte como a Dome Petroleum do Canadá e a AEG-Telefunken na Alemanha, devido a ortodoxia dos bancos centrais dos respectivos Países;

b) Quebra do Banco Ambrosiano, de origem italiana, que operava no euromercado, em Luxemburgo, como resultado da recusa do Banco da Itália de sustentar em última instância a sua dívida. Este episódio rompeu na prática a Concordata da Basiléia (Ibid.,, p. 25) mecanismo criado pelos principais bancos europeus; e

c) A cessação do pagamento dos juros da dívida externa pela Argentina, depois da Guerra das Malvinas e a Moratória do México. Ao contrário do que aconteceu com a moratória polonesa, que envolveu principalmente bancos alemães e soviéticos, estes dois casos envolveram a nata dos bancos internacionais, entre eles o Chase Manhatan, o Bank of América e o City Corp. Paralelamente os *Estados Unidos* se recusavam em participar de um reforço de caixa proposto pelo FMI para regular pelo menos a situação internacional dos maiores devedores, por este motivo, os bancos de segundo escalão e sobretudo os operadores menores do mercado de euromoedas entraram em pânico.

Estes acontecimentos culminaram em uma retração inexorável do crédito bancário internacional. O mercado interbancário parou de expandir-se. Em 1982 sobreveio a moratória aberta de empresas, bancos e Países, culminando com uma crise de liquidez que paralisou os mercados de crédito durante quinze dias do mês de setembro, que foram denominados "...quinze dias negros de setembro"(Tavares , 1983, p.16). esta ruptura no mercado de crédito marca a virada definitiva na expansão privada interbancária como mecanismo fundamental de expansão.

O primeiro banco a entrar em cena para modificar a situação em que se encontrava o sistema de crédito internacional, foi o Banco da Inglaterra. "O mercado financeiro de Londres encontrava-se sobrecarregado de liquidez dos aplicados refugiados off-shore da Europa e do resto do mundo. Montado em superávites acumulados do balanço de capitais que asseguravam o poder da

libra, pôde começar a baixar as taxas de redesconto e dar o sinal para que o mercado interbancário londrino voltasse a operar. O FED (Banco Central dos *Estados Unidos*), encontrava-se em situação equivalente (os mercados off-shore da Ásia e a própria corrida contra o yen inundaram Wall Street (Ibid.,, 21), e atendeu a sinalização do banco inglês, abandonando a pratica de política monetária restritiva.

A partir destas dificuldades surgiram as primeiras tentativas de ação integrada dos principais bancos centrais de buscar diminuir as instabilidades do sistema financeiro. A diferença marcante neste dias, é que as transações internacionais correspondem a fluxos de capitais e não mais de fluxos comerciais. A preocupação constante de um risco sistêmico do sistema financeiro internacional, via vulnerabilidade dos bancos, devido à globalização de suas operações, e os possíveis impactos sobre as economias nacionais, levaram os Países membros do G-10 (Grupo dos 10) a instituírem em 1988 o Acordo da Basiléia.

O Acordo da Basiléia é um conjunto de disposições que foram implantadas pelos Países signatários, com o objetivo de garantir a segurança do sistema bancário de seus respectivos Países. O acordo consagra como base de regulação e prudência do sistema bancário a *condição de solvência* em contraste com a preocupação tradicional dos reguladores com a *condição de liquidez* dos bancos(Carvalho & Studart, 1995, p. 73).

A segurança do sistema bancário passou a depender da possibilidade dos bancos de terem acesso a fontes de liquidez, como: reservas adicionais criadas pela autoridade monetária ou empréstimos interbancários. A regulação passou a ser efetuada pela imposição de reservas compulsórias e pela constituição de reservas monetárias secundárias (títulos negociáveis em mercados secundários), para que os bancos possam satisfazer demandas inesperadas do público.

A nova abordagem consagrada no Acordo da Basiléia, é de que a segurança do sistema é de responsabilidade das próprias instituições. Para implementação deste princípio, o acordo basicamente especifica o conceito de capital a ser adotado pelos reguladores e propõe uma classificação de ativos segundo o seu grau de risco (Ibid.,, p.73-74).

"O acordo da Basiléia (....) é o resultado da preocupação dos bancos centrais dos Países membros do G-10 com o crescimento da fragilidade do sistema financeiro internacional e sua reduzida capacidade regulatória sobre o sistema globalizado"(Ibid., p. 72)

As transformações ocorridas no sistema financeiro internacional decorrentes da internacionalização bancária foram causadas pelo crescimento do próprio comércio, do investimento externo direto e do avanço tecnológico. Estas

transformações apontaram para a ruptura do padrão de mercado, antes baseado em operações de crédito, para operações de mercado de capitais.

Os fatores que inter-relacionam este processo foram ocasionados pela alteração da política econômica dos EUA, que buscando a valorização do dólar, com o aumento da taxa de juros, enxugou a liquidez mundial provocando a crise da dívida externa, levando os bancos, que até então eram os financiadores diretos dos Países do Terceiro Mundo, a perderem seus *fundings* devido a percepção do maior risco em seus ativos. Provocando ainda o aumento obrigatório das reservas e capitalização dos mesmos a fim de garantir a saúde do sistema, causando assim uma retração das operações bancárias e ampliando os custos de intermediação destas instituições . (Vasconcellos, 1986, p.284-285).

Todo este processo foi acompanhado por profundas inovações financeiras como a securitização das dívidas e os mecanismos de diminuição do risco (*derivativos*). Os derivativos foram criados com o objetivo de proteger o investidos contra riscos individuais, uma vez que permitem operações casadas com as quais os agentes procuram se proteger das mudanças de preços e de juros cada vez mais voláteis.

1.2 O MERCADO DE EURODÓLARES (EUROMERCADO)

Com o crescimento do comércio e dos investimentos externos diretos os bancos procuraram acompanhar seus clientes, prestando-lhes melhores serviços e obtendo maiores informações sobre os Países onde negociavam. A crescente imposição de controle sobre as operações bancárias norte-americanas constituíram um importante fatos para a criação do euromercado e para a proliferação dos centros financeiro *off-shore*, nos quais as operações com dólares majoritariamente ou com outras moedas, escapam ao controle das autoridades monetárias. O mercado de eurodólares é tido como o terceiro período que marcou a expansão das finanças internacionais (Saul, 1991, p.31-32).

Os elementos condicionantes para o surgimento do mercado de eurodólares foram: o Plano Marshall e Ponto Quatro, o advento da guerra fria, a presença de bases militares e empresas americanas na Europa. estes elementos intensificaram a exportação de capital americano para a Europa (Ibid.,, p.23).

A terminologia eurodólares, surgiu com os russos: depois da revolução chinesa, em 1949, havia a possibilidade dos *Estados Unidos* de congelarem as contas em dólares chineses nos bancos americanos. Para evitar que isto acontecesse os chineses transferiram suas contas em dólares americanos para o Banque Commerciale pour lEurope du Nord, de propriedade russa, o endereço

telegráfico desse banco era *eurobank*. Com o agravamento da guerra fria os Países do bloco socialista passaram a transferir suas contas em dólares para os bancos londrinos (Riehl & Rodrigues, 1988, p.301).

O principal centro de operações em eurodólares é o mercado londrino, com aproximadamente um terço de todas as operações. Outros centros importantes estão localizados na Europa: as cidades de Bruxelas, Frankfurt, Luxemburgo, Milão, Paris e Zurique; no Oriente Médio : a cidade de Bahrain; na Ásia: as cidades de Singapura e Hong Kong; e no Caribe os principais centros: as Bahamas, Barbados, Bermudas, Panamá, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens (Willianson, 1993, p.301)

Os eurodólares são depósitos em dólares efetuados fora dos *Estados Unidos*. São depósitos a prazo que podem ser muito curtos - alguns dias ou até mesmo um dia, em geral os prazos variam de um mês até seis meses. Os bancos que operam com eurodólares são conhecidos como eurobancos, suas operações se compõem em receber depósitos em eurodólares e emprestá-los.

Os tomadores destes empréstimos se interessam por prazos maiores. Para tanto, os eurobancos criaram o empréstimo rolável com taxa de juros variável: o tomador recebe um crédito, por exemplo, de seis meses com uma garantia de renovação no fim deste prazo, durante o prazo de duração do empréstimo que pode, ocasionalmente variar de oito até doze anos. A cada seis meses a taxa de juros é ajustada pelo valor médio da *Libor*, mais o *spread* (cobrança específica de cada empréstimo (Ibid.,, p.302) que é fixado quando o empréstimo é concedido. O *spread* cobre os custos administrativos, lucro bruto dos bancos e é a remuneração do risco, que no mercado de eurodólares é analisado em duas perspectivas:

1ª) o *risco do* País: possível interrupção dos pagamentos relativos ao serviço da dívida pelos tomadores, decorrente de uma decisão governamental, devido a problemas na balança de pagamentos; e

2ª) o *risco do tomador* : risco de falência do tomador.

Os depositantes do euromercado são bancos com disponibilidade de caixa no mercado interno, que buscam empregar mais lucrativamente estes recursos: Bancos Centrais dos Países desenvolvidos, empresas multinacionais, grandes empresas nacionais e Países membros da OPEP. Os financiadores líquidos do euromercado são os bancos suíços e os Países membros da OPEP. Os bancos suíços utilizam os euromercados para reciclarem grande parte do dinheiro depositado em contas bancárias anônimas e a OPEP para reciclar boa parte do superávit com a receita do petróleo.

Os tomadores de recursos no euromercado são bancos comerciais interessados em aumentar seus empréstimos internos, Países em desenvolvimento do Oriente Médio e os Países do antigo bloco socialista, empresas estatais e com

maior freqüência as multinacionais. Os tomadores líquidos são os Países em desenvolvimento.

O mercado de eurodólares cresceu rapidamente, desde sua criação em meados da década de 50. As explicações (Ibid.,, 304-5) encontradas para o rápido crescimento do euromercado, estão resumidas em torno de alguns atrativos básicos: a conveniência de fazer depósitos de curto prazo num banco no mesmo continente e na mesma zona e fusos horários das empresas depositante; a liberdade de mobilidade de recursos; a inexistência de controles governamentais que permite aos bancos oferecerem taxas de juros mais atraentes e a ausência da cobrança de imposto de renda na fonte sobre os juros.

O fator preponderante para a expansão do euromercado no período de 1963 a 1974, foi a necessidade dos *Estados Unidos* de sanearem seu déficit na balança de pagamento através de um programa de restrição às saídas de capital, ficando os bancos americanos proibidos de fazerem empréstimos ao exterior através de suas agências internas.

Na decada de 70, com o fim do sistema de Bretton Woods, e com a ascensão dos Países da OPEP, devido o grande superávit em suas contas correntes, houve uma maior expansão dos euromercados. De acordo com Nestor Saul "...o aporte dos petrodólares da OPEP significou uma verdadeira explosão no crescimento dos volumes de eurodólares e da liquidez mundial (1991, p.43). Os depósitos em petrodólares foram reemprestados para os Países menos desenvolvidos (Terceiro Mundo), sob a forma de empréstimos diretos aos governos, bancos centrais ou às instituições de desenvolvimento garantidas pelos respectivos governos.

1.3 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

O endividamento externo é a principal forma que assumiu o processo de internacionalização financeira da economia brasileira na década de setenta (Baer, 1986, p.64). O termo financeira quando utilizado para análise da dívida externa, refere-se à conta de pagamentos e tem como objetivo final a demonstração analítica-contábil. Quando utilizado para análise da natureza do processo de endividamento externo, expressa qual a relação e articulação existente entre o endividamento externo e o padrão de desenvolvimento da economia.

Os fatores determinantes do processo de endividamento no Brasil foram de ordem produtiva e financeira, condicionados pela dinâmica do processo de desenvolvimento. Não se pode pensar na natureza do processo de endividamento externo sem associar a interdependência dos setores produtivo, comercial e financeiro dentro de um sistema econômico.

Até a segunda metade da década de 50, a dívida externa foi relativamente estável. O Brasil como os outros Países subdesenvolvidos não tinha fácil acesso aos capitais creditícios internacionais, o que impedia que os desequilíbrios na balança de pagamentos se traduzissem num crescente endividamento externo. Logo, a queda das exportações significava uma menor capacidade de importação.

No final da década de 50, acompanhando os recursos dos organismos financeiros estavam os créditos de fornecedores, sendo o principal agente do processo de endividamento o setor público. Os créditos oficiais destinavam-se para projetos de infra-estrutura que eram realizados pelo governo federal, enquanto os créditos de fornecedores estavam estreitamente relacionados com investimentos privados das multinacionais.

A dívida externa brasileira cresceu substancialmente no período de 1960-64, devido ao estancamento das exportações e por uma redução na entrada de capital de risco devido a instabilidade política vigente no País (Golpe militar). Até então os empréstimos externos eram financiados principalmente com recursos provenientes de organismos financeiros internacionais a partir de acordos bilaterais.

No triênio (1964-67) a economia brasileira encontrava-se em recessão e apresentou um crescimento pouco significativo da dívida externa, cerca de 10% ao ano. em 1970 o crescimento da dívida foi de 20% e no triênio (1970-73) a dívida expandiu-se a uma taxa de 36% ao ano. O crescimento da dívida neste período foi acompanhado por aumentos significativos nas reservas, que chegaram a representar 42% e 46% da dívida total (Baer, 1986, p.69).

Em 1974, o mundo convivia com a crise do petroleo iniciada em 1973 e com a redução da liquidez financeira internacional. Neste ano houve um aumento significativo da dívida. A dívida era até então de 7 bilhões e 244 milhões de dolares (Ibid.,, 1986,70). Até o ano de 1978 a dívida continuou expandindo-se a uma taxa média anual de 28%, sem que houvesse uma expansão significativa das reservas, propiciando um crescimento líquido da dívida neste período.

A partir de 1979, a tendência de endividamento externo modificou-se devido as crescentes dificuldades enfrentadas pelo Brasil para captação de recursos nos mercados financeiros internacionais, o País passa a apresentar um estado de absoluto endividamento, colocando o País entre os maiores devedores do mundo. A dívida era composta até em tão em papéis de curto prazo (vencimento com menos de 360 dias). Verifica-se neste período que o crescimento médio anual da dívida caiu do patamar de 28% a.a. para 13% a.a., os juros líquidos da dívida externa correspondiam a 28% do valor das exportações e o País apresentava um déficit em transações correntes da ordem de US$10,8 bilhões, que foi parcialmente coberto pela entrada de capitais da ordem de US$7,7 bilhões (Vasconcellos, 1996, p.207), uma queima de reservas correspondente a 2,2 bilhões de dólares.

O ano de 1979 pode ser concebido como o ano do início da crise cambial. Internamente havia um deterioração da situação fiscal, com uma redução na carga tributária bruta, um aumento no volume das transferências (juros sobre a dívida interna). O Balanço de pagamentos apresentava um perfil de desequilíbrio estrutural de grande profundidade, marcado, principalmente pelo excessivo ônus das importações de petróleo e as elevadas taxas de juros, sobrecarregando o serviço da dívida externa.

A situação agravou-se ainda mais devido a queda dos preços dos produtos de exportação com a valorização do dólar, o que impôs restrições a condução da política cambial. Além disso, havia fatores de origem externa como a recessão mundial; crescente protecionismo; aumento do custo dos bens de capital e dos insumos industriais e a reorientação da demanda internacional, preferencialmente para consumo de estoques, em vez de realização de importações, com conseqüente queda das cotações internacionais dos principais produtos exportáveis.

O momento mais dramático desta conjuntura mundial, foi assinalado pela severa restrição de liquidez nos mercados financeiros, irrompida após a crise mexicana, que levou os pequenos e médios bancos, europeus e americanos a interromperem bruscamente o fluxo de recursos para os Países em desenvolvimento.

O mercado financeiro ainda não havia mudado em relação ao Brasil (Galveas, 1983, p.50) mas a partir de junho de 1982 os primeiros sinais de retraimento são percebidos. Os empréstimos em moeda ingressados no País montaram a cerca de US$9 bilhões, com média mensal de US$1,5 bilhões. em julho, esse

montante de 1,6 milhões, em agosto US$1,9, em setembro e outubro a captação caiu à metade. As operações via Resolução 63, cuja média chegou a US$400 milhões no primeiro semestre, caíram para US$200 milhões em setembro e US$100 milhões em outubro. (Galveas, 1983, p.51)

As grandes operações de sindicatos bancários que financiavam as empresas estatais brasileiras, diminuíram em agosto e desapareceram a partir de setembro. Mas não era só o desaparecimento de novos recursos adicionais. Reduziram-se rapidamente as linhas de crédito de curto prazo, que supriam as agências dos bancos brasileiros no exterior e que financiavam o capital de giro das exportações brasileiras. (Ibid.,, 1983, p.52)

Em setembro o Brasil já não tinha condições de girar a dívida, e foram lançadas as primeiras providências visando equacionar o problema. Para tanto o Brasil contou com a tutela do FMI, com aporte de recursos do "Financiamento Compensatório" e por constituir condição essencial para o apoio da comunidade bancária internacional. Os grandes bancos americanos, os grandes bancos internacionais, foram mobilizados e desta forma foi composta uma estratégia de financiamento do Balanço de Pagamentos do Brasil.

O fechamento do Balanço de Pagamentos em 1982, precisou de uma mobilização de recursos de curto prazo da ordem de US$4,3 milhões, sendo US$1,5 milhões fornecidos pelo Tesouro Americano, US$500 milhões pelo BIS e US$2,34 milhões pelos bancos comerciais. Além destes recursos, o País recebeu do FMI a primeira parcela do seu empréstimo a título de Financiamento compensatório, em função da queda das exportações dos produtos primários.

Até 1985 a condução da política econômica estava concentrada no combate a inflação. Os planos elaborados visavam quedas abruptas da inflação intercalados por períodos de controle ortodoxos, marcados por grandes oscilações nas taxas de inflação e de crescimento econômico, além da deterioração das contas públicas. Até então o equilíbrio do balanço de pagamentos era conseguido a custas de grandes superávites na balança comercial. Um esforço necessário para pagar os serviços da dívida externa.

Até o Plano Real 1994, foram adotados seis planos de ajuste com a característica marcantes, a inflação sempre retornava em patamares cada vez mais elevados[1].

Paralelamente à implantação do plano Real, o México, a Venezuela, o Chile e a Argentina, contornavam seus problemas na balança comercial, com uma política de regulamentação e abertura da economia, que possibilitou a entrada maciça de capitais. Enquanto isso, os Países desenvolvidos (credores

---

[1] Inércia da inflação. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval, *Economia Brasileira Contemporânea*, 1996, p.231

internacionais), reavaliavam as dívidas externas dos Países devedores, incentivando os mesmos a abrirem suas economias. O acordo ficou conhecido como Plano Brady, uma redução de 25% do valor de face dos títulos, ou a troca de títulos com juros de mercado por juros fixos.

A implementação do plano Real, modificou a composição da balança de pagamentos do País, maiores importações e menos exportações. Provocando um aumento da oferta interna. Os superávites comerciais, foram substituídos por superávites na conta de capital. Para que este mecanismo ocorresse, foram adotadas medidas de abertura da economia, com desregulamentação do setor financeiro e medidas de política monetária, mantendo taxas de juros mais elevadas que o mercado internacional e valorização cambial.

2 MOBILIDADE DO CAPITAL INTERNACIONAL

"Os movimentos de capital refletem em parte a expansão da economia mundial, o aumento do comércio internacional, a globalização da produção e fatores puramente financeiros, que tem aumentado nos últimos tempos seus fluxos em maior escala que os fluxos comerciais"(Devlin et alli., 1995)

Os agentes superavitários estão sempre a procura de ativos que possam remunerar seu capital. A tecnologia da informação e a informática possibilitaram o desenvolvimento e sofisticação do mercado financeiro internacional, da mesma forma que a inovação financeira e a desregulamentação para as economias dos Países em desenvolvimento.

"...a desregulamentação dos mercados, intensifica consideravelmente o rol das forças de movimento de capital em um mercado livre e promove mais opções de investimentos para os agentes econômicos" (Griffith-Jones, 1995, p.47)

O movimento do capital financeiro internacional nos anos 90, apresenta cinco tendências chaves, segundo estudos da CEPAL (1995, p. 49), a integração dos mercados devido a globalização; crescimento da extensão e influência dos mercados financeiros internacionais em todos os Países; especialização; vasta expansão da disponibilidade de instrumentos financeiros, devido a expansão da tecnologia de informação; e desregulamentação (abertura dos mercados financeiros dos Países em escala mundial).

A globalização financeira passou a ser difundida, nos Países dominantes, intensificando-se e absorvendo as outras nações. As fronteiras internacionais estão cada vez mais próximas, em virtude dos níveis de troca de informações via telecomunicações. A busca de valorização para os ativos e a baixa lucratividade dos ativos nas economias desenvolvidas, contribuíram para que a mobilidade do capital se intensificasse. Os Países menores percebendo esta tendência passaram a desregulamentar suas economias, a fim de obterem parte destes recursos.

2.1 *MODELO DE ABERTURA ECONÔMICA*

A busca incessante de remuneração do capital, e a necessidade do mesmo para o desenvolvimento das economias, modificou a dinâmica econômica mundial, promovendo mudanças na dinâmica das economias do terceiro mundo, a partir da abertura econômica: os planos de estabilidade econômica dos Países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México).

A abertura da economia brasileira começou no governo Collor, e tomou espaço político a partir da Lei de Patentes, da desregulamentação dos portos, quebra do monopólio do petróleo, telecomunicações e finalmente a desregulamentação do sistema financeiro, com a flexibilização dos instrumentos que impediam a entrada de capital estrangeiro. O período de estabilidade que a economia brasileira vivência à partir da implantação do Plano Real, é o fator que mais tem contribuído para atrair o capital internacional.

Quando o Plano Real foi implementado a composição da balança comercial foi modificada: mais importações, menos exportações, resultando na redução de superávites comerciais. A conta de capital passou a ser superavitária. Isto foi possível pela valorização cambial e por taxas de juros internas maiores, do que as praticadas no mercado internacional. Desta forma o déficit da balança comercial foi compensado pelo crescimento das reservas cambiais, em decorrência da entrada de capital internacional.

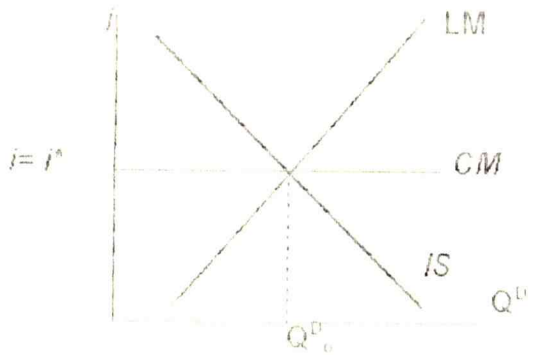
O modelo teórico *Mundell-Fleming*, enuncia a capacidade dos investidores internacionais em arbitrar diferentes taxas de juros em diversos Países (Sachs, 1995, p. 435). Destaca ainda que a velocidade dos fluxos financeiros é maior que os fluxos comerciais, que respondem muito mais lentamente às variações das condições econômicas básicas.

O modelo *Mundell-Fleming*, adota a hipótese de perfeita mobilidade de capital com taxas de câmbio fixas e flexíveis e taxa de juros doméstica igual a taxa de juros mundial, exceto quando houvesse controles de capital. (Dornbusch & Fischer, 1991, p.232).

A diferença entre o modelo de taxas fixas e flexíveis consiste na possibilidade da autoridade utilizar mecanismos de política monetária. Com o câmbio fixo não é possível adotar uma política monetária expansionista ou contracionista, uma vez que qualquer alteração nos meios de pagamentos modifica a relação da moeda nacional com relação ao dólar e o resultado são perdas de reservas.

2.1.1 Modelo Mundell-Fleming

Perfeita Mobilidade de Capital - Perfeito Equilíbrio



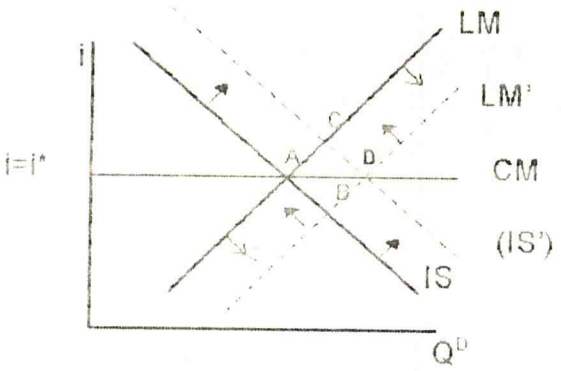
LM = Curva de combinação de demanda agregada e taxa de i no mercado monetário

IS = Curva de Demanda Agregada com relação à taxa de i.

i = i* Taxa de juros no doméstica igual à taxa internacional

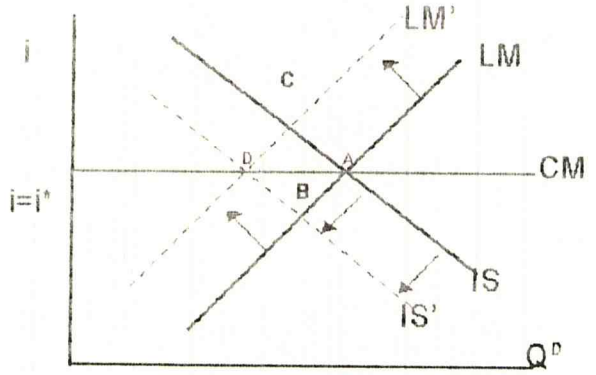
No modelo a curva IS relaciona o nível de atividade econômica QD com a taxa de juros i, no mercado de bens e serviços. Quanto maior a taxa de juros, menor o nível de atividade tornando a curva IS negativamente inclinada. A curva LM, relaciona nível de atividade econômica com a taxa de juros no mercado monetário, torna a curva ascendente, pois uma maior taxa de juros reduzirá a demanda por moeda. O pleno equilíbrio da economia é conceituado na interseção de IS, LM e CM.

Perfeita Mobilidade de Capital - Taxas de Câmbio Fixas



Taxas fixas de câmbio: com regime de câmbio fixo a expansão dos meios de pagamento deslocaria a curva LM (LM') para direita, a medida que a taxa de juros declina, o capital flui para fora do País, num contexto de plena mobilidade de capital. Neste modelo a oferta de moeda é endógena, a medida que os agentes nacionais trocam moeda por dólares, diminui os meios de pagamento e a curva LM' se deslocará endogenamente para a posição inicial.

Perfeita Mobilidade de Capital - Taxas Flexíveis



Taxas de câmbio flexíveis: a política monetária passa a ser exógena, o câmbio não é uma variável a ser controlada. Uma expansão do meio de pagamento, neste modelo, o câmbio se movimentará endogenamente. O movimento endógeno do câmbio, provocará o movimento endógeno da curva IS. (Sachs-Larrain, 1995, p.445)

Num regime de câmbio fixo, com perfeita mobilidade de capital, a taxa cambial (E) é exógena. Isto significa que a autoridade monetária não poderá usar política monetária expansionista ou contracionista.

Uma expansão monetária desloca a curva (LM) para a direita, a medida que a taxa de juros diminui (B) o capital flui para fora do País. Os agentes domésticos convertem a moeda em dólar, por exemplo, diminuindo os meios de pagamento e (LM) volta para o nível (A).

No caso de expansão fiscal ocorrerá o deslocamento da curva IS (IS'), para a direita, proporcionando um aumento da taxa de i (ponto C), proporcionando um aumento na entrada de capitais, este aumento deslocará a curva LM para a direita até a interseção com IS e CM, no ponto (D).

O regime de taxa de câmbio flexível, a expansão monetária passa a ser uma variável exógena enquanto o câmbio, uma variável endógena (E). A curva IS passará a depender do comportamento de (E), e se deslocará endogenamente.

A curva IS se desloca para a direita quando há uma depreciação cambial e para a esquerda quando há uma apreciação cambial[2]. Com taxas flexíveis as autoridades tem controle da oferta monetária.

Quando a autoridade monetária reduz a oferta monetária através da venda de títulos ao público, a curva LM se deslocará para cima (LM'). A taxa de juros (i) se elevará (ponto C) acima de (i*), proporcionando a entrada de capitais. A curva (IS') se deslocará para a baixo, por que a entrada de capital proporciona uma apreciação da moeda doméstica, o que reduzirá as exportações líquidas e a elevada taxa de juros conterá a demanda agregada.

O modelo de estabilização econômica adotado, pode ser resumido como Monetário e Cambial (política de controle monetário e bandas de flutuação cambial). Quando implantado, o câmbio tinha como referência R$1,00 = US$ 1,00. Sob o regime cambial, nossa moeda sofreu apreciação frente ao dólar, favorecendo desta forma a entrada de capitais externos para a economia. A entrada líquida de capitais em 1994 foi de US$14,2 bilhões e em 1995 a cifra correspondeu a US$29,8 bilhões.

Outro aspecto que merece atenção, diz respeito ao movimento de capitais externos. A inversão do percentual entre investimentos e empréstimos em moeda após a implantação do plano de estabilização.

Movimento de Capitais
US$ milhões

Ano	*Investimentos*	*%*	*Empréstimos em Moeda*	*% Total*	*%*	
1994						
Entradas	28.117	35	52.693	65	80.810	100
Saídas	19.986		46.631		66.617	82
Saldo	8.131		7.062		15.193	18
1995						
Entradas	31.294	71	12.917	29	44.211	100
Saídas	26.624		4.680		31.304	71
Saldo	4.670		8.237		12.907	29

Fonte: Relatório Anual 1995, Banco Central do Brasil, p.133

O quadro apresentado é relevante do ponto de vista das mudanças estruturais que ocorreram na economia brasileira, decorrentes da manutenção de altas taxas de juros, política monetária restritiva e modificações na indústria dos fundos para aplicações de capital estrangeiro.[3]

[2] Em regime de câmbio flexível um aumento do valor de (E) é denominado depreciação, uma redução de (E) apreciação (Sachs-Larrain, 1995, p.442)

[3] Não foi possível incluir o ano de 1996, pois o Banco Central do Brasil ainda não publicou o relatório consolidado ref.1996

No período 1994 até o primeiro semestre de 1995, a política monetária implementada procurou restringir a capacidade de criação de crédito pelo setor bancário ampliando as alíquotas de recolhimento compulsório incidentes sobre os recursos à vista e depósitos de poupança, novas disposições sobre os depósitos à prazo e operações de empréstimo. E para conter o consumo, foi diminuído o número de prestações no crédito ao consumidor.

Paralelamente a estas medidas, foram mudadas as regras dos fundos de investimento, com a criação de nos fundos de investimentos (FIF) com prazos de aplicação mais longos em detrimento dos fundos de curto prazo que foram extintos. Além disso, foram modificados os perfis dos fundos de ações existentes e dos fundos de investimento de capital estrangeiro.

A fixação de recolhimentos compulsórios representou o principal fator de manutenção de altas taxas de juros (Relatório Anual, BACEN, 1995, p.36), que possibilitou também a entrada maciça de capital estrangeiro, como forma de aumentar as reservas cambiais, face, a queda dos superávites da balança comercial devido a valorização do real frente ao dólar. O somatório destas medidas, indicam importância da política monetária adotada como base de sustentação do plano de estabilização.

Existem mais fatores que interagem na economia, mas fugiria da tônica central que é justificar o modelo adotado: perfeita mobilidade de capital. Algumas restrições devem ser feitas ao modelo:

- perfeita mobilidade de capital é uma hipótese válida para os Países desenvolvidos: EUA, Japão, Alemanha e Comunidade Européia (Sachs-Larrain, 1995, p.481). Para análise do modelo deve ser considerada hipótese para entrada de capitais estrangeiros;

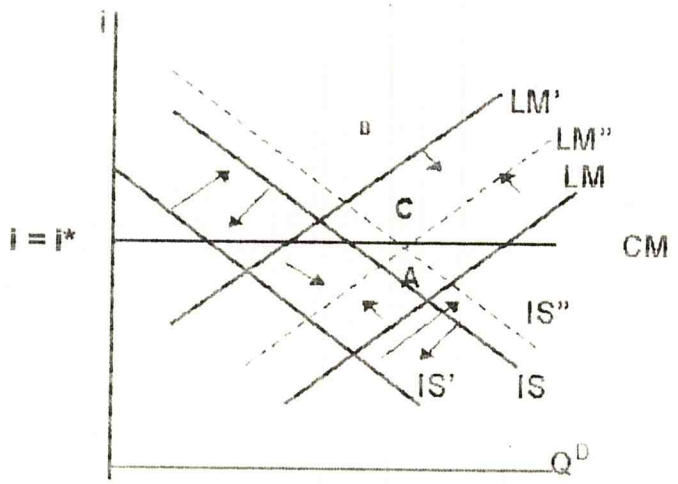
- o modelo apresenta dois tipos de taxas cambiais: fixa e flexível. Para análise vamos considerar a taxa brasileira como flexível. Pois o regime de bandas cambiais permite oscilações de apreciação e depreciação cambial;

- taxa de juro $i = i^*$ para o equilíbrio: considerar a hipótese de que a economia não esta em pleno equilíbrio.

Após estas restrições o modelo para explicar o movimento de capitais internacionais passa a ser:

2.2. MODELO ADAPTADO

Taxas de Câmbio Flexíveis - Economia em Desequilíbrio



No ponto (A) economia apresenta (i) menor que (i*), portanto não há movimento de capital internacional em busca de valorização. O câmbio encontra-se apreciado, portanto a economia tem pouca capacidade de importação e estará buscando superávites na balança comercial.

O deslocamento de LM' é um movimento exógeno, pois a autoridade monetária reduziu a expansão de moeda e aumentou (i) acima de (i*). O resultado proporciona um aumento na entrada de capital internacional em busca de melhor remuneração. O câmbio e a curva IS', terão movimentos endógenos: o câmbio se tornará depreciado, enquanto a demanda agregada diminuirá, aumentando por outro lado a capacidade da economia em importar.

Enquanto não forem tomadas medidas de ajuste fiscal a economia não alcançará o pleno equilíbrio. Ou seja, as reformas fiscais que estão para serem votadas no Congresso, e a complementação do processo de privatização que significa novas oportunidades de investimento para o capital internacional, seja de forma de direta, aquisições, ou de forma indireta, através de empréstimos.

3 SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro intermedia recursos entre agentes superavitários que buscam ganho real na aplicação seus ativos e agentes deficitários que buscam recursos para financiamento de seus custos.

O bom funcionamento do sistema financeiro requer a superação de dada economia do primitivo estágio de escambo (trocas diretas), bases institucionais para o funcionamento do mercado de intermediação financeira e a existência de agentes econômicos deficitários e superavitários, respectivamente dispostos a financiarem seus déficits a custos correntes e a transformar seus ativos monetários em ativos financeiros a riscos e possibilidades correntes de ganho real. (Lopes & Rossetti, 1996, p.296)

A existência de agentes superavitários e deficitários é pressuposto básico para a intermediação financeira. De acordo com Lopes e Rossetti "... a característica da intermediação financeira em uma economia em determinado tempo dependerá não só da magnitude dos déficits e dos superávites de seus agentes econômicos, mas sobretudo da disposição desses mesmos agentes em financiar seus déficits e em aplicar seus superávites" (1996, p.296).

A função básica da intermediação financeira é a de processar os fluxos de financiamento indireto. está função se deve as incertezas características da realidade econômica. A intermediação possibilita aos agentes deficitários como para os superavitários, instituições especializadas e tecnologia para administração de suas necessidades e recursos, minimizando assim os custos de cobertura dos riscos decorrentes do sistema sócio-econômico, ampliando por outro lado as possibilidades para os agentes deficitários encontrarem excedentes livres no momento de suas necessidades e de igual forma oportunidades de absorção de recursos dos agentes superavitários.

A intermediação financeira contribui para a elevação dos níveis de formação de capital, mediante maior incentivo à formação de poupança individual e a condução de ganhos de eficiência em termos de produção para um igual volume de formação de capital.

Existe um paralelo entre os desenvolvimento sócio-econômico e o desenvolvimento da intermediação financeira, pois à medida que crescem a renda e a riqueza de uma economia, a estrutura de intermediação tende a agigantar-se (Goldsmith, in. Lopes & Rossetti, 1996, p.302). Os fatores que determinam essa evolução é o estágio de desenvolvimento da economia, o nível e o grau de estabilidade da taxa de inflação e o estágio da estrutura econômica do País.

O sistema financeiro tem na intermediação financeira a sua principal função, mas está dividido em quatro segmentos distintos:

a.) segmento monetário: realiza operações de curtíssimo e curto prazo - mercado onde os agentes econômicos e os próprios intermediários financeiros suprem suas necessidades básicas de caixa;

b) segmento de crédito: realiza operações de curto e médio prazo, atendendo solicitações de crédito para financiamento da aquisição de bens duráveis pelos consumidores e de capital de giro das empresas;

c) segmento mercado de capitais: atende agentes econômicos produtivos (públicos e privados) quanto suas necessidades de médio e longo prazo, essencialmente relacionado com investimento de capital fixo; e

d) segmento cambial: atende operações de compra e venda de moedas estrangeiras conversíveis, para efeitos de importação e exportação, que são supervisionadas por instituições autorizadas bancárias e não bancárias[4].

3.1 *O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL*

O Brasil desde o princípio do século manteve relações com os centros financeiros tradicionais nos Países desenvolvidos, o que possibilitou a instalação de alguns bancos estrangeiros no País. A partir da década de trinta até os anos sessenta, ocorreu uma forte expansão do sistema bancário brasileiro em função da circulação do capital trabalho das empresas, não ocorrendo o mesmo movimento expansivo com os bancos estrangeiros[5], além das dificuldades internas de um sistema financeiro extremamente limitado.(Ibid.,, p.12)

O periodo de 1945 a 1964 o sistema financeiro o sistema financeiro nacional foi objeto de marcantes transformações:

---

[4] Intermediários não bancários são instituições que operam com ativos não monetários, essencialmente em virtude do fato de não emitirem ou criarem ativos incorporados ao conceito tradicional de meios de pagamento. Ibid., 1996, p. 303

[5] O capital financeiro internacional foi direcionado para a reconstrução da Europa. Mônica BAER, *A internacionalização financeira no Brasil*, 1986, p.11

a) a consolidação e penetração no espaço geográfico da rede de intermediação financeira de curto e médio prazo e o aumento do número de agências bancarias nas diferentes regiões do País;

b) a implantação da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), órgão normativo, de assessoria e controle do sistema financeiro;

c) a criação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social), instituição cujos recursos de longo prazo eram canalizados essencialmente à implantação dos setores básicos de infra-estrutura;

d) a criação do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco de Crédito da Amazônia e do Banco Regional de Desenvolvimento do extremo Sul para apoiar as regiões carentes; e

e) o desenvolvimento espontâneo de companhias de crédito, financiamento e investimento, para captação e aplicação de recursos em prazos compatíveis com a crescente demanda de crédito a médio e longo prazos exercidas por empresas e consumidores em decorrência da implantação de novos setores industriais no País, produtores de bens de capital e de consumo de uso durável (Lopes & Rossetti, 1996, p.311-315).

Essa evolução no sistema de intermediação financeira do País é o resultado do crescimento da própria estrutura econômica interna. É importante salientar que o sistema financeiro tem a função de possibilitar a transferência de recursos dos poupadores para os investidores, tornando o sistema econômico eficiente, permitindo o direcionamento dos recursos para as atividades de maior rentabilidade, viabilizando a ampliação das escalas de produção através da realização de investimentos em capital intensivo, desempenhando assim a importante função de potencializar investimentos (Vasconcellos, 1996, p. 257)

Até a reforma de 1964/1965, o sistema era limitado devido a existência de regulamentações como a Lei de Usura de 1933, que fixava a taxa de juros nominal a 12% ao ano, que propiciava um rendimento real negativo para os ativos financeiros, devido as taxas de inflação da época, limitando o volume de poupança do sistema financeiro (Ibid., p.258)

Ao longo do processo de substituição das importações, a ausência de um sistema adequado tornou-se um entrave à acumulação quando se introduziu no País a produção de bens de consumo duráveis. Nesse período ainda não havia uma expansão significativa da dívida externa e a parcela dos financiamentos para a formação de capital fixo provinha de recursos internos e em menor escala dos bancos de desenvolvimento (Baer, 1991, p.12)

3.2 A REFORMA FINANCEIRA DE 1964-1965

A reforma do sistema financeiro nacional em 1964-1965 foi denominada como a última fase da evolução da intermediação financeira no Brasil (Lopes & Rossetti, 1996, p.320), composta por três leis que introduziram profundas modificações no sistema financeiro nacional:

Lei n.º 4.380 (de 21 de agosto de 1964) - instituiu a correção Monetária nos contratos imobiliários, criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Lei n.º 4.595 (de 31 de dezembro de 1964) - ***Lei de Reforma Bancária*** - restruturou o Sistema Financeiro Nacional definindo as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras, substituindo a SUMOC pelo Banco Central do Brasil (BC) e seu conselho pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Lei n.º 4.728 (de 14 de julho de 1965) - disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para o seu desenvolvimento.

A estrutura básica montada neste período foi sendo complementada e ligeiramente alterada com a criação de novos fundos financeiros e subtemas como o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) em conjunto com o Sistema Financeiro de Habitação, novos órgãos reguladores como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), as Susep (Superintendência dos Seguros Privados), surgimento de novas instituições, como as entidades abertas de previdência privada (EAPP) e principalmente a oficialização do processo de conglomeração do sistema bancário em 1988 com a institucionalização dos chamados bancos múltiplos.(Vasconcellos, 1996, p. 259)

A reformulação do sistema permitiu a especialização financeira, possibilitando assim uma maior mobilização de recursos e maior eficiência nas operações de intermediação financeira. Os bancos comerciais passaram a atuar no âmbito das transações de curto prazo e os bancos de investimento se dedicariam aos financiamentos de médio e longo prazo para capital fixo e capital trabalho; os recursos de maior prazo destinados ao setor privado seriam fornecidos pelos bancos de desenvolvimento nacional, regional e estadual; o crédito ao consumidor seria fornecido pelas financeiras e sociedades de crédito, financiamento e investimento; os investimentos captados pelas sociedades de crédito imobiliário - cadernetas de poupança e caixas econômicas - seriam canalizados para o setor de construção civil através do Banco Nacional de Habitação.

Os principais agentes do sistema financeiro são: o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social (BNDES), Bolsa de Valores, Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), Associações de Poupança e Empréstimo (APE), os Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Caixas Econômicas, Financeiras, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades Corretoras (CCVM), Sociedades Distribuidoras (DTVM), os Investidores Institucionais (EEPP e EAPP) e as seguradoras.

A reforma também eliminou a Lei de Usura, que fixava a taxa de juros nominal, introduzindo a correção monetária, permitindo portando, a prática de juros reais positivos estimulando o direcionamento de recursos para as aplicações financeiras.

Após a reforma observou-se um crescimento significativo do sistema financeiro. O número de estabelecimentos bancários passou de 6.827 (1964) para 7.861 (1971), embora o número de matrizes apresenta-se redução, demonstrando tendência às fusões e incorporações que ocorreram desde o pós-guerra (Lopes & Rossetti, 1996, p.320).

Os empréstimos concedidos pelo sistema não bancário registraram uma crescente evolução, de proporções superiores aos concedidos pelo sistema bancário tradicional. Isto foi possível "devido a oferta de novos instrumentos de captação de recursos, como: a correção monetária pré e pós-fixada, a criação de fundos de poupança compulsória (FGTS e PIS-PASEP em 1974) e a permissão e os incentivos fiscais para captação de recursos no mercado internacional de capitais(Ibid.,, 322). As características básicas do sistema financeiro nacional são: a elevada participação do estado; a inexistência de linhas de financiamento de longo prazo pelo setor privado; alta dependência de recursos externos e a predominância de bancos comerciais.

A elevada participação do estado está relacionada ao processo de estatização da poupança decorrente da existência de linhas de poupança compulsórias administradas e repassadas ao setor privado por agências oficiais. A falta de linhas de financiamento por parte do setor privado deve-se a especialização dos bancos de investimento na concessão de crédito a médio prazo para capital de giro das empresas, além do persistente processo inflacionário que impedia projeções para longo prazo e as formas de existentes de captação de curto prazo.

A internacionalização financeira foi desencadeada em sua essência pela dinâmica do capital produtivo no Brasil e pela criação da Resolução n.º 63 em 1967, que permitiu aos agentes financeiros instalados no País contratarem empréstimos externos e repassá-los no mercado interno. Este vínculo tornou-se mais importante com a adoção do mecanismo de correção cambial em 1968, que resultou em uma articulação mais estreita entre o sistema financeiro nacional e o internacional que é uma importante fonte de recursos (Baer, 1986,

p.14). A associação de capitais nacionais com estrangeiros ocorreram em áreas onde os bancos brasileiros tinham menos tradição: investimento e leasing (Ibid.,, p.16), áreas estreitamente vinculadas ao setor industrial que contava com grande participação de empresas multinacionais.

Por outro lado a dependência de recursos externos pôde ser unificada pelo amplo processo de endividamento externo ao longo da década de setenta, para equacionar a lacuna existente de financiamento produtivo e de trabalho para indústria brasileira devido ao PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

O predominio dos bancos comerciais no sistema financeiro é decorrente da concentração, que ocorreu após a reforma. As autoridades pós-64 (Vasconcellos, 1996, p.270) pensavam que a eficiência e a existência de economias de escala no setor bancário viriam com a concentração, proporcionando uma redução dos custos operacionais. e estes seriam repassados à sociedade através da redução do custo dos empréstimos.

Mas a concentração não trouxe uma diminuição das taxas de juros e nem tão pouco proporcionou a segmentação desejada, pelo contrário, verificou-se uma redução da concorrência e um fortalecimento do poder dos conglomerados bancários. Paralelamente ao processo de concentração houve o processo de conglomeração no sistema financeiro. Como resposta dos bancos, à segmentação do setor e à perda de importância decorrente do crescimento do setor não monetário, que trabalhava com ativos remunerados, os bancos passaram a se associar e a criar instituições extrabancárias (financeiras, sociedades de crédito imobiliário, etc.), culminando com a criação dos bancos múltiplos em 1988. (Lopes & Rosseti, 1996, p.364)

4 O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

A função essencial do setor bancário é de intermediar recursos entre os vários setores da economia, através de carteiras ou mesas de operações de captação e aplicação de recursos, intermediando poupança e investimento.

Nos anos 80 as operações bancárias estavam voltadas para um único cliente: o Estado. Segundo Ricardo Leônidas Ribas (1995) "as funções básicas de promover o desenvolvimento através do processo de intermediação de recursos entre setores econômicos capitalizados e dispostos a ceder parte de sua poupança para setores desejosos de investimento,..., foram postas de lado". O desarranjo das contas públicas, foi sem dúvida, a principal causa das disfunções do setor bancário.

Os bancos devido a inflação usufruíam lucros elevados, contribuindo assim, para a expansão do setor e desenvolvimento da automação bancária. O *floating*[6] nos períodos de altas taxas de inflação, representava cerca de 33% a 45% da receita dos 40 maiores bancos. A constante emissão de títulos públicos para financiar o déficit das contas do governo e o controle da taxa de juros pela autoridade monetária, delinearam o perfil do sistema bancário nacional.

Os sucessivos planos de estabilização econômica implementados, não foram eficientes para deter a elevação das taxas de inflação. Por outro lado, o sistema bancário passou a ofertar produtos, garantindo a remuneração do capital. Para Ricardo L. Ribas (1995), o sistema bancário possuía anticorpos, gerados pelas sucessivas intervenções e crises, e dessa forma, pode montar uma moeda estável, dentro da própria engrenagem fiduciária,..."uma competente prestação de serviços, em que a velocidade de transferência da moeda se fazia graças a um processamento instantâneo e ao *hedge* perfeito que a indexação da moeda assegurava".

Os bancos contaram ainda, até 1988, com um dispositivo, que os protegia contra a entrada de novos concorrentes, permitindo além disso, para o processo de conglomeração do setor: as cartas patentes. Para a constituição de um banco comercial ou de investimento, eram necessários 132 pontos, os preços dessa pontuação oscilavam entre US$9 a US$12 milhões. Uma autêntica reserva de mercado, que afastava possíveis investidores nacionais, como também os investidores estrangeiros, para os quais o mercado estava fechado ou restrito a pequenas parcelas de investimento na estrutura de bancos nacionais, sob forma de participação minoritária. (Ribas, 1995, p.64)

---

[6] Ganhos com passivos sem encargos, deduzidos das perdas com ativos remuneráveis. Ribas, 1195, p.67

A participação do sistema no PIB, foi de 24% em 1989, nos anos noventa tem apresentado um significativo declínio: 10.8% em 1990, 7.2% em 1991, 8% em 1992, 7.6% em 1993, 7.3% em 1994(Ribas, 1995) e 7% em 1995 (Exame, 1997, p.164).

Segundo boletim Linha Direta (BACEN, Deca-Divin, 1995), o Brasil tem o maior e, provavelmente, o mais complexo sistema financeiro da América Latina, cujo desenvolvimento foi marcado pelo processo inflacionário. De acordo com o texto citado as reformas institucionais e as grandes mudanças legais e normativas, o desenvolvimento do setor, foram determinadas em grande medida pelo processo de combate a inflação e à necessidade de agilizar a velocidade das operações.

Segundo pesquisa do jornal Gazeta Mercantil (18/9/95), a receita obtida com ganhos inflacionários dos 40 maiores bancos, chegou a representar 23% das receitas totais em 1993, caindo para 16% em 1994, chegando a 1% em junho de 1995, após a implantação do Plano Real.

"Com a queda da inflação os bancos perderam seus ganhos com os impostos inflacionários e, por outro lado, foram compensados pela expansão da demanda real por crédito, pela manutenção de elevadas taxas de juros e por novas frentes de mercado, abertas pela possibilidade da consolidação da estabilidade econômica" (Boletim de Conjuntura, 1995, p.23)

Algumas instituições não foram capazes de promover os ajustes necessários para este ambiente econômico. Resultando assim, em ações de intervenção e liquidação de algumas instituições financeiras, com a implantação da Medida Provisória nº1.179 e a Resolução nº2.208 em 03/11/95(BACEN-Surel, 1995, p.3)

Este conjunto de medidas implantou o Programa de Estímulo à Restruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que veio ordenar a fusão e a incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central.

A Medida Provisória n.º 1.182, de17/11/95 , deu ao Bacen o aparato legal de que necessitava para conduzir o sistema a um novo modelo, outorgando-lhe o poder de deixar no sistema, somente as instituições que tivessem saúde, liquidez e solidez. Em resumo:

- criou o conceito de responsabilidade solidária dos controladores, também para as instituições financeiras, submetidas ao regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial;

- estendeu a indisponibilidade de bens aos acionistas e controladores;

- agilizou a possibilidade de desapropriação das ações de bancos em dificuldades, pela União, para fins de posterior privatização.

Desde a implantação do Plano Real até 4/12/95 o n.º de ações do Banco Central, foram as seguintes:

Ações	Regime
07	Intervenção
13	Administração Especial Temporária
108	Liquidação Extrajudical
128	Entidades Submetidas a Regime Especial

Os principais negócios no sistema bancário após a implantação do Proer estão descritos na tabela 2.

Tabela 2
Principais Negócios no Sistema Bancário

Data	*Bancos Envolvidos*	*Atual Controlador*	*Processo*
Out./95	BFB	Itaú	Aquisição
Nov./95	Nacional	Unibanco	Aquisição
Jan./96	Fininvest	50% Unibanco/ 50% Icatu	Aquisição
Jan./96	Continental	Pontual	Aquisição
Mar./96	United	Crefisul	Incorporação
Abr./96	Comercial de SP	BNP	Aquisição
Abr./96	Battistela	Dibens	Aquisição
Mai./96	Econômico	Excel	Incorporação
Mai./96	Mercantil	Rural	Aquisição
Mai./96	Grande Rio	Desdner Bank Latinamerika	Aquisição
Mai./96	Columbia	Ford	Aquisição
Mai./96	Banorte	Bandeirantes	Aquisição
Jun./96	Martinelli	Pontual	Aquisição
Jun./96	Fonte e Cidam	Fonte e Cidam	Fusão
Jul./96	Itamarati	BCN	Fusão
Nov./96	Milbanco	Socimer, Suiça (50%)	Aquisição
Dez./96	BCN Barclays	Barclays Bank e Associados	Aquisição
Jan./97	Geral do Comércio	Santander, Esp (50%)	Aquisição
Mar./97	Bamerindus	HSBC	Aquisição
Mar./97	ABC Roma	Arab Banking Corporation	Aquisição
Mar./97	Multiplic	Lloyds Bank	Aquisição
Jun./97	Banerj	Itaú	Aquisição

Fonte: Atlantic Rating , in: Revista Carta Capital, jul.1997, p. 31

O sistema até setembro de 1995, contava com 265 bancos, com mais de 16 mil agências, 11 mil postos de atendimento adicionais (BACEN, 1995). Em julho de 1997, este número passou para 245. (Tabela 3)

O cenário de estabilidade caracteriza um quadro de participação mais realista do sistema financeiro na geração do produto. Evidentemente, isto significa maior

competição e margens de lucros médias menores. Vários bancos vem se estruturando, desde o início dos anos 90, de modo a garantir receitas em paralelo as receitas inflacionárias e de intermediação financeira clássica. Destacam-se as instituições que atuam quase que exclusivamente no segmento de corporation finance, onde predomina o conceito de operação estruturada, na qual o produto ou serviço é elaborado para atender a necessidade específica de um determinado cliente (ANDIMA, 1995).

Tabela 3
Composição do Sistema Bancário

Tipos	*Sedes*
Bancos Comerciais	35
Bancos Múltiplos	188
Bancos de Desenvolvimento	6
Bancos de Investimento	16
Total	*245*

Fonte: Banco Central do Brasil, *Cadastro de Instituições Financeiras*, DESAL-Correio Eletrônico, Salvador, julho/1997.

4.1 A ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

A função essencial do setor bancário é de intermediar recursos entre os vários setores da economia, através de carteiras ou mesas de operações de captação e aplicação de recursos, intermediando poupança e investimento.

O sistema bancário brasileiro é formado pelo Banco do Brasil, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos.

O Banco do Brasil após a reforma de 1964 até 1986 (Lopes & Rossetti, 1996, p. 340) atuava como agente financeiro do Tesouro recebendo recursos provenientes da arrecadação de tributos, era o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, arrecadava os depósitos voluntários (encaixes Técnicos) das instituições financeiras e executava os serviços de compensação de cheques e outros papéis. Após 1986, o Banco do Brasil passou a operar sob padrões próximos aos dos bancos comerciais, mantendo algumas funções típicas, excluindo-se as que o incluíam no subsistema normativo da intermediação financeira, como autoridade monetária.

Os bancos comerciais constituem a base do segmento monetário, pois possuem a faculdade de criar sob efeito multiplicador a moeda escritural[7]. A possibilidade de criar moeda tornam os bancos comerciais passíveis de permanente vigilância da autoridade monetária (BC), que fiscaliza o setor utilizando-se de instrumentos de operações de mercado aberto, operações de redesconto e exigência de recolhimentos compulsórios. A função básica dos bancos comerciais é a de propiciar recursos necessários para financiar a curto e a médio prazos o comercio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas, através de desconto de títulos, operações de abertura de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo além da obtenção de recursos externos para que sejam repassados internamente.

Quanto aos bancos de desenvolvimento, o BNDES é a instituição principal e a mais especializada de fomento a operar no País. O BNDES tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico, fortalecer o setor empresarial nacional estimulando a formação da grande empresas setores considerados básicos e atenuar desequilíbrios regionais e integrar as atividades agrícolas, industriais e de serviços.

Os bancos de investimento foram criados objetivando canalizar recursos de médio e longo prazos para a empresas investirem em capital fixo. Isto é possível fortalecendo o capital social da empresa via subscrição de títulos via mercado de capitais.

Os bancos múltiplos surgiram em decorrência do processo de conglomeração bancária, podendo operar em todos os segmentos da intermediação financeira através de carteiras especiais: comercial, de investimento, de desenvolvimento, de crédito imobiliário e carteira de crédito, financiamento e investimento (Lopes e Rosseti, 1996, p.364), sem que seja necessário a vinculação entre a fontes e recursos captados.

4.2. *OPERAÇÕES BANCÁRIAS*

São inúmeros os instrumentos de captação bancária. estes instrumentos ou produtos, assim como suas taxas são definidos nas mesas de captação das instituições bancárias. Existe uma variedade de produtos que se diferenciam pelo prazo, taxa, garantia, formas de pagamento e regulamentações do Banco Central. Os principais são:

---

[7]Moeda escritural é o total de depósitos a vista dos bancos comerciais, Ibid., 1996, p. 342

a) o CDB (Certificado de Depósito Bancário) é um título emitido pelas instituições financeiras podendo ter sua taxa de retorno pós ou pré fixada;

b) Debentures e o CPB (Cedulas Pignoraticias de Debentures) - são títulos subscritos para financiar o capital fixo das empresas e o CPB é um título de mercado secundário[8]; e

c) Fundos de investimento:

Fundos de Conversão - Capital Estrangeiro (F.C.C.E): seus recursos originam-se de conversões de dívida externa do setor privado. As cotas emitidas pelo FCCE são destinadas, exclusivamente, a subscrição por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, fundos ou outras entidades de investimento coletivo constituídos no exterior, vedada a sua colocação e negociação no mercado interno. A carteira deverá ser composta por 70%, no mínimo, em ações de companhias abertas;

Fundos de Investimento - Capital Estrangeiro (FICE): participam pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, fundos ou outras entidades de investimento coletivo estrangeiro. A carteira deverá ser composta de 70%, no mínimo, em ações de companhias abertas;

Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro (FRF-CE): destinam-se à captação de recursos externos para investimentos em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ ou do Banco Central do Brasil e em ativos financeiros de renda fixa emitidos por empresas e instituições sediadas no País;

Fundo Mútuos de Investimento em Ações (FMA): trata-se de uma comunhão de recursos, destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários, observada a exigência de manutenção do total de suas aplicações de, no mínimo, 51% em ações de emissão de companhias abertas;

Fundo de Ações - Carteira Livre (FACL): compreende uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários. O FACL deverá, manter, no mínimo, 51% de suas aplicações em: ações e bônus de subscrição de companhias abertas, ações e companhias dos Países componentes do Mercosul e aplicações em mercado futuro, envolvendo contratos referenciados em ações ou índices de ações;

Fundos de Investimentos financeiro - Curto Prazo (FIF-CP): constituído sob forma de condomínio aberto, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira diversificada de ativos financeiros e demais modalidades

[8]Mercado secundário é aquele em que são renegociados ativos financeiros já existentes e primariamente adquiridos quando de sua emissão (transferência de um proprietário para outro). Lopes e Rossetti, 1996, p.305

operacionais disponíveis no mercado financeiro. Nessa modalidade não há carência para o resgate de quota;

Fundos de Investimento Financeiro - 30 dias (FIF-30): condomínio aberto, com os recursos destinados à aplicação em ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro com carência de 30 dias para resgate de quota;

Fundos de Investimento - 60 dias (FIF 60): organizado sob forma de condomínio aberto, com recursos destinados à aplicação em ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro com carência de 60 dias para resgate de quota; e

Fundos de Investimento - 90 dias (FIF-90): trata-se de condomínio aberto sendo os recursos aplicados em carteira composta por ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro com carência de 90 dias para resgate de quota. (BACEN, Fundos de Investimento - Ranking por Modalidade,1997, p.2)

As principais fontes de crédito são:

a) Conta Garantida - são créditos rotativos disponíveis, contratados pelos clientes, com taxas de juros flutuantes, geralmente garantidos por duplicatas;

b) Hot Money - empréstimos de curtíssimo prazo;

c) Desconto de títulos - empréstimo destinado ao cliente que deseja antecipar o recebimento de sua fatura, submetendo a mesma a um deflator ou coeficiente de desconto que representa o spread do banco;

d) Capital de Giro - empréstimo sem destinação específica, que pode ter sua taxa contratada como pré ou pós-fixada

e) Vendor Finame - operação de financiamento de vendas, baseada no princípio de cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e recebê-lo à vista;

f) Leasing - operação de arrendamento mercantil que permite as empresas trabalhassem com um imobilizado reduzido;

g) Export Notes - são créditos vinculados à exportação - esta operação possibilita ao exportador obter recursos para financiar suas vendas no exterior;

h) Crédito Rural - são recursos aplicados exclusivamente para atividades agropecuárias. É apresentado em três modalidades: custeio agrícola e pecuário (ciclo operacional), investimento agrícola e pecuário (investimento fixo e semi-

fixo) e comercialização agrícola e pecuária (beneficiamento e estocagem de produtos);

i) Financiamento para Investimento - financiamento de longo prazo - FINAME (são repasses internos fornecidos pelo BNDES, CEF E FINEP) e os repasses externos (BIRD);

As operações de câmbio:

a) Câmbio Manual - troca de papel moeda por cédulas de outros Países;

b) Câmbio Sacado - são operações de câmbio que ocorrem com documentos ou títulos representativos de moeda;

Operações de SWAP (operações internacionais de *hedge* de taxas de juros acessíveis a empresas brasileiras e efetuadas por bancos estrangeiros, e autorizadas também para bancos nacionais em julho de 1993) - são operações usadas por exportadores e importadores para se protegerem contra as oscilações de moedas e juros:

a) SWAP de moedas internacionais - que se caracteriza na troca de passivos e ativos de uma moeda para outra, com o objetivo de casar contas a pagar com contas a receber;

b) SWAP de juros e câmbio - é a troca de passivo ou ativo em real para dólar e vice-versa, proporcionando o casamento de indexador de contas a receber e de contas a pagar; e

c) Assunção da dívida: Operação que se fundamenta no pagamento antecipado de dívidas a fornecedores nos bancos, garantindo proteção contra a flutuação de juros ou câmbio.

1.3 *INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA*

O principal elo da internacionalização financeira no Brasil, esteve estreitamente vinculado a dinâmica produtiva e se realizou através do endividamento externo, "a grande participação do capital estrangeiro e a expansão do setor público no âmbito produtivo promoveram a própria internacionalização financeira via endividamento externo"(Baer, 1986, p.17).

Segundo Mônica Baer, o peso relativo dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro privado pode ser avaliado de diversas maneiras:

investimento direto, empréstimos concedidos por instituições financeiras estrangeiras e a proporção do passivo externo no passivo total do sistema analisado.

Quanto ao investimento direto, o governo brasileiro limitou ao máximo a participação direta das instituições estrangeiras no seguimento bancário comercial, mas isto não impediu que o capital participasse do processo de conglomeração financeira. No que diz respeito ao investimento direto, o capital americano e japonês somam aproximadamente 52% do capital estrangeiro investido em bancos brasileiros (Ibid.,,1986, p.20). De 1973 a 1977, o capital estrangeiro dirigiu-se principalmente para os bancos de investimento.

No período (1977-1981) o capital estrangeiro investido em bancos de investimento cresceu somente 15%, ao passo que essa cifra cresceu 80% no âmbito dos bancos comerciais. Até 1977, mais de 85% do capital estrangeiro presente nos bancos comerciais e de investimento provinham de investimentos, enquanto que os reinvestimentos não alcançavam a proporção de 15%.

A partir de 1981 a participação do capital estrangeiro em investimentos passou para 75% e o montante reinvestido cresceu de 1977 a 1981 aproximadamente 300%, representando 25% do capital estrangeiro presente no País. Este fenômeno pode ser explicado por dois fatores: a alta rentabilidade do setor e pela restrição de remessas de lucro para o exterior num montante que superasse 12% do capital investido.

Os bancos internacionais operam com maior proporção de recursos externos, o que abriu possibilidades para que os bancos nacionais operassem com fontes externas de financiamento.(Ibid.,, 1986,p.23).

4.3.1 Investimento Direto

Os bancos estrangeiros estão impedidos de aturarem diretamente na área de crédito imobiliário e das cadernetas de poupança, que estão diretamente vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) controlado pelo governo. Um lugar de destaque do capital estrangeiro é sua atuação no setor de seguros.

Os bancos são o eixo básico de operação dos grandes conglomerados financeiros nacionais, o que explica as restrições impostas à atuação do capital estrangeiro neste setor. O principal banco estrangeiro opera no Brasil desde 1915 é o First National City Bank, a maioria dos bancos japoneses e franco-brasileiros instalaram-se nas décadas de 40 a 60, além dos grandes bancos como o Chase Manhattan, Bank of America, Deustche Bank e o Swiss Bank.

Ainda que o número dos bancos estrangeiros no Brasil seja expressivo, suas operações no mercado brasileiro eram relativamente insignificantes devido às restrições a abertura de novas agências. A entrada de um número cada vez maior de bancos estrangeiros no País se explicava pelos acordos bilaterais, pelo Mercosul e pela expansão dos bancos brasileiros no exterior, correspondendo suas instalações no Brasil às exigências de reciprocidade. Atualmente após a abertura para uma maior participação dos estrangeiros, como é o caso da aquisição do Banco Bamerindus pelo HSBC, este quadro tende a mudar.

Antes processo de desregulamentação do setor bancário que vem sendo implementada, o controle estrangeiro no setor dos bancos comerciais e de investimentos[9] ocorria sob a forma de controle majoritário total.

Em 1997, segundo dados do BACEN (Desal, julho/97), o capital estrangeiro e os estabelecimentos bancários estrangeiros estavam distribuídos da seguinte forma:

Banco Comercial Estrangeiro	17
Banco Comercial Nacional com controle estrangeiro	01
Banco Comercial Nacional com participação estrangeira	02
Banco Múltiplo com controle estrangeiro	26
Banco Múltiplo Nacional com participação estrangeira	22
Total	68

A presença dos bancos internacionais (BI[10]) passa a ser significativa quando se tem em conta a totalidade de estabelecimentos no setor que é de 245, representando aproximadamente 28%. Se fossem excluídos os 36 estabelecimentos públicos entre estes, 26 bancos estaduais passíveis de privatização, este percentual passaria a representar 32%.

O relatório anual da Revista Exame (julho,1997), apresenta os 50 maiores bancos do sistema financeiro brasileiro no ano de 1996: 24 bancos privados nacionais, 14 bancos públicos e 12 (BI)[11]. Se os bancos públicos fossem excluídos, os BI passariam a figurar entre os 40 maiores do setor (30%). Neste relatório o patrimônio líquido dos BI representou 15,43%, os empréstimos 19,5% e os ativos 21,25% (Tabela 4).

---

[9] Depois da regulamentação dos bancos múltiplos, os bancos de investimentos estrangeiros modificaram seu perfil de atuação, e estão conceituados como bancos múltiplos. (ver Anexo I)

[10] Para que o texto não se torne repetitivo, a sigla BI será utilizada como referência a terminologia banco(s) internacional(s)

[11] Entre os doze bancos internacionais, 05 são bancos nacionais com controle estrangeiro.

Em 1997, em matéria publicada pela Revista Carta Capital (julho/1997), 64 já figuram entre os 10 maiores nacionais. Esta evolução pode ser sentida se compararmos com os 10 maiores de 1994 (Tabela 5).

Tabela 4
(Movimentação Financeira dos 50 maiores bancos)
1996
US$ milhões)

Ano 1996	*Emprestimos*	*Ativo*	*Patrimonio Liquido*
Total	83.743,0	207.010,0	12.366,8
Bancos Públicos	83.732,0	207.010,0	12.366,8
Banco do Brasil	22.637,6	78.108,7	5.093,2
Caixa Econ.Fed.	44.344,7	90.690,8	3.993,1
Nossa Caixa(SP)	6.222,7	9.997,3	740,2
Estaduais	7.982,9	24.021,5	2.124,5
BNB	2.544,1	4.191,7	415,8
Bancos Privados	68.409,5	235.940,0	25.639,5
Nacionais	57.248,0	194.588,2	20.944,7
Nacionais c/ contr. estrangeiro	5.805,7	19.890,4	1.463,0
Estrangeiros	5.355,8	21.461,8	3.231,8

Fonte: Revista Exame - Maiores 1996, jul.1997

Tabela 6
Evolução de Ativos 10 Maiores Bancos - US$ bilhões

Ano 1994	Ativo	Ano 1997	Ativo
1º Bradesco	19.3	Bradesco	37.0
2º Itaú	14.4	Itaú	35.7
3º Bamerindus	12.0	Unibanco	23.9
4º Nacional	11.2	Real	16.7
5º Unibanco	9.6	HSBC Bamerindus	13.7
6º Real	7.6	BCN	13.3
7º Safra	6.5	Safra	10.3
8º BCN	6.0	CCF	9.9
9º Lloyds	5.4	Citibank	7.9
10º Econômico	5.1	Boston	7.8

Fonte: Revista Carta Capital, Ano II, nº52, julho/1997, p.29

O avanço dos BI, tem preocupado os bancos nacionais que estão procurando se adequar a nova realidade, a abertura do mercado para os estrangeiros, que ocorreu após a implantação do plano de estabilização.

"Não há ninguém acomodado, todos estão se mexendo. A concorrência está muito acirrada. E com a abertura internacional, teremos bancos com tecnologia e maior suporte de patrimônio atuando no País. Tudo isso vai influenciar o cursos da atividade bancária nos próximos anos. A busca de escala por meio de

junções é uma tendência indiscutível assim como a procura de racionalização e de automação". (Lázaro Brandão, 1997)[12]

Após a abertura do sistema para os BI, bancos como o Santander, maior banco da Espanha comprou o Banco Geral do Comércio e o HSBC, 11º banco do mundo, comprou o Bamerindus. O Brasil atualmente conta com a presença de 169 representantes dos BI.

País de Origem	***N.º de Representante***
Alemanha	09
Antilhas Holandesas	02
Argentina	07
Austrália	01
Bahamas	02
Bahrein	01
Bélgica	02
Bolívia	01
Canadá	04
Chile	01
Coréia do Sul	02
Espanha	06
Estados Unidos	31
Finlândia	01
França	03
Grão-Ducado de Luxemburgo	02
Holanda	05
Hong Kong	01
Ilhas Britânicas	01
Ilhas Cayman	04
IlhasTurks e Caicos	01
Índia	01
Inglaterra	16
Israel	04
Itália	03
Iugoslávia	01
Japão	18
México	02
Noruega	01
Paraguai	03
Peru	01
Portugal	04
São Vicente e Granadinas	01
Suécia	03

[12] Presidente do Banco Bradesco S.A., Revista Carta Capital, julho, 1997, p.30

Suiça	09
Uruguai	04
Venezuela	01
	169

4.3.2 Proporção entre Passivo Externo e o Passivo Total dos Bancos

A proporção do passivo externo como o passivo total do seguimento bancário é importante para analisar circulação do capital, o crescimento dos empréstimos de médio e longo prazo e os repasses via Resolução 63. Os dados apresentados foram obtidos do Balanço Patrimonial Consolidado das Instituições Bancárias Privadas (Suplemento Estatístico, Banco Central, março 1997).

Após três anos de estabilização da moeda, a evolução dos empréstimos externos em comparação com o passivo total dos bancos é significativa.

Taxa de evolução:

	Passivo	Empréstimo
Bancos Comerciais		
1994/1995	62.3%	130%
1995/1996	5.2%	23%
1994/1996	62.3%	183%
Bancos Múltiplos		
1994/1995	22.8%	39.3%
1995/1996	-1.5%	18.4%
1994/1996	21%	64.9%
Bancos de Investimento		
1994/1995	-17%	17.2%
1995/1996	-4.1%	29.7%
1994/1996	-21%	52%

Tabela 6

Evolução do Passivo Externo nas Instituições Bancárias Privadas

US$ mil

Operações	Nov/94	Nov/95	Nov/96
Bancos Comerciais			
Passivo Externo (a)[13]	2.483	5.702	7.017
Passivo Total (b)	13.360	21.681	22.802
Proporção a/b (%)	*18,59*	*26,30*	*30,77*
Bancos Múltiplos Privados			
Passivo Externo (a)	21.443	29.864	35.360
Passivo Total (b)	184.559	226.684	223.359
Proporção a/b (%)	*11,62*	*13,17*	*15,83*
Bancos de Investimento			
Passivo Externo (a)	635	744	965
Passivo Total (b)	7.294	6.014	5.768
Proporção a/b (%)	*8,7*	*12,37*	*16,73*

Fonte: Suplemento Estatístico Banco do Brasil, março/ 1997

[13] *Passivo Externo:* Obrigações externas: empréstimos de médio e longo prazo e Repasses da Resolução 63.

4.3.3 *Movimento de Capitais*

Outro ponto que merece ser analisado com relação a internacionalização do setor, refere-se aos fluxos de investimento e empréstimo externo. O movimento de capitais ora apresentado não inclui empréstimos de organismos internacionais ou agências governamentais, o que poderia provocar distorções na análise dos dados.

Tabela 7
Movimento de Capitais (US$ milhões)

Ano	Ingresso	Saída	Saldo
Investimentos Estrangeiros			
1991	1.508	323	1.185
1992	5.437	2.328	3.109
1993	16.546	9.282	7.264
1994 *	*27.648*	*18.480*	*9.168*
Portifólios	25.142	17.862	7.280
Diretos	2.506	618	1.888
1995 *	*29.929*	*23.707*	*6.222*
Portifólios	24.838	22.544	2.294
Diretos	5.091	1.163	3.928
Empréstimos e Financiamento a médio e longo prazo em moeda **			
1991	2.892	1.550	1.342
1992	13.995	1.910	12.085
1993	10.290	5.054	5.236
1994 *	52.693	45.631	7.062
1995 *	12.917	4.680	8.237
Capitais de Curto Prazo			
1991	1.727	4.760	- 3.033
1992	2.062	-	2.062
1993	869	-	869
1994 *	909	-	909
1995 *	19.667	-	19.667

* *Implantação do Plano Real* e de medidas de desregulamentação do setor financeiro
** Inclui Refinanciamentos.
Fonte: Banco Central do Brasil, Relatórios Anuais,1992-95

O ingresso de capital estrangeiro para investimento em portifólio no biênio 94/95 apresentou um evolução de 19% e os investimentos diretos 103%. Os empréstimos em moeda apresentaram uma retração de 75.5%. Esta rubrica inclui financiamentos e refinanciamentos, que podem ter sido liquidados ou não refinanciados. Uma outra explicação para esta retração pode estar relacionada com a crise de liquidez mexicana que ocorreu no mesmo período, que significou

um aumento do risco-Brasil. Nesta conjuntura o Brasil deixou de receber US$18,74 bilhões.

Tabela 8
Fluxos de Investimento Externo
US$ milhões

Ingresso				*Saída*			*Investimento*
Ano	Portifólio	Direto	Total	Portifólio	Direto	Total	Líquido
1990	170.0	510.6	681.3	67.1	229.7	296.8	448.5
1991	778.2	627.8	1.406.0	200.2	123.1	323.3	1.117.3
1992	3.863.1	1.324.9	5.188.0	2.159.4	169.1	2.328.5	2.888.5
1993	15.352.2	954.2	16.306.4	8.701.6	580.1	9.281.7	7.044.0
1994	25.141.6	2.356.5	27.498.1	17.862.1	618.0	18.480.1	9.029.8
1995	24.838.2	4.777.8	29.616.0	22.544.2	1.162.9	23.707.1	5.915.4
1996	26.077.8	9.643.6	35.721.4	20.038.3	520.4	20.558.7	15.189.8

Fonte: Suplemento Estatístico, Banco Central do Brasil, março/1997, p.363

Os investimentos externos em portifólio existentes no seguimento bancário atualmente:

- Sociedade de Investimento - Capital Estrangeiro;
- Fundos de Investimento de Capital Estrangeiro;
- Carteiras e Títulos e Valores Mobiliários, mantidas no País;
- Carteiras de títulos e Valores Mobiliários mantidas no País por investidores institucionais estrangeiros;
- Investimentos efetuados pelo mecanismo de "Depositary Receipts";
- Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro;
- Fundos de Conversão - Capital Estrangeiro;
- Fundos de Privatização - Capital Estrangeiro;
- Investimentos externos em Fundos de Investimento Imobiliário; e
- Investimentos externos em Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes [14].

A quantidade de fundos existentes de capital estrangeiro por modalidade, em julho/97 (Anexo I) é a seguinte:

Fundo de Investimento - CE	27
Fundo de Renda Fixa - CE	86
Fundo de Conversão - CE	21
Fundo de Investimento no Exterior	36
Fundo de Privatização - CE	25
Fundo Mutuo de Investimento - Emp. Emergentes	03

[14] Especificações e legislação sobre "portifólios" ver anexo I. Banco Central do Brasil, 1997.

O Patrimônio Líquido dos fundos de investimento estrangeiros no final 1996 era de R$10,3 bilhões, em 31 de março de 1997, R$15,7 bilhões (Relatório do Banco Central de Brasil, anexo II). A rentabilidade media dos principais fundos de capital estrangeiro (março-96/97) por modalidade no período foi.

Fundo de Conversão CE	44%
Fundos de Investimento CE	48,93%
Renda Fixa CE	14,81%

A rentabilidade[15] apresentada, se for comparada com a taxa de juros de curto prazo média no mesmo período : dos EUA, 5.90%, Alemanha, 3.70%, Canadá 5.05% e Reino Unido 5.80%, por si só justificaria a entrada de capitais. É importante salientar que estas taxas de rentabilidade já estão deflacionadas pelo IGPM. (ver Anexo II).

[15] Comparação entre a taxa brasileira com taxas internacionais deve levar em conta: inflação nacional/inflação internacional; risco Brasil/risco resto do mundo; o restante seria a taxa real de retorno,

4.3.4 Tecnologia - A Automação Bancária

O desenvolvimento do dinheiro eletrônico é a mais nova etapa do desenvolvimento tecnológico internacional, e a automação bancária é o melhor mecanismo para agilizar operações, informações e interligar os mercados financeiros mundiais.

O desenvolvimento de novas tecnologias e serviços combinando a informática e as telecomunicações tem proporcionado amplas janelas de oportunidade para a reorganização do trabalho melhoria da competitividade empresarial em todo o mundo.

A utilização de tecnologia de informação e de processamento resulta da necessidade das firmas buscarem maior competitividade através de maior flexibilidade e velocidade em seus processos-chaves, principalmente na interação com clientes e fornecedores.

"A demanda por serviços de informação depende, em primeira instância, da percepção dos empresários quanto às oportunidades competitivas abertas pelas novas tecnologias de informação" (Tigre, 1995)

Nos últimos vinte anos rentabilidade média sobre os patrimônios dos bancos no Brasil foi de 16,2%, fato que possibilitou os investimentos em tecnologia de informação que é determinada de acordo com o tamanho das instituições. Os grandes bancos começaram a informatização das agências nos anos oitenta com redes próprias, participando diretamente no desenvolvimento, fabricação de equipamentos e sistemas estimulados pela égide da política nacional de informática.

Paralelamente ao crescimento das redes de longa distância que interligam agências, foram desenvolvidas redes locais para gerenciar operações de retaguarda, para apoiar operações de atendimento ao público e organizar estes sistemas de apoio. Mas, a automação bancária é muito fragmentada, na medida em que os sistemas foram desenvolvidos para atender as peculiaridades de cada banco. A fragmentação da rede é o principal responsável pela reduzida difusão de pontos eletrônicos de vendas, que impedem uma maior integração do banco com o comércio.

Os grandes bancos seguem um modelo de processamento de dados centralizado, com ênfase ao serviço on-line, utilizando redes terrestres e canais de satélite, os bancos de médio porte utilizam redes terrestres e em alguns casos canais compartilhados de satélites e os pequenos se limitam as redes terrestre de custo mais baixo.

As redes locais foram utilizadas como parte de estratégia dos grandes bancos de realizar a distribuição de informações. Uma pesquisa realizada em 15 bancos de grande, médio e pequeno porte, mostrou que a maior parte (66%)

utiliza a informática a mais de 15 anos, e que (80%) das agências são automatizadas e (80%) dos bancos possuem plano diretor de informática, cujas principais diretrizes são: a) automação de todas as agências; b)descentralização do processamento; c) aumento da capacidade de processamento; d) aumento da capacidade dos canais de transmissão e/ou expansão de uso dos satélites; e) redução de custos; f) aumento da confiabilidade e da disponibilidade de informações gerenciais; g) instalação de redes locais; h) expansão e diversificação do serviço.

Os gastos com a transmissão de dados representam em média 15,5% dos gastos totais com informática. Apesar dos altos custos a comunicação de dados tem se revelado um instrumento competitivo fundamental para os bancos. Os principais benefícios das redes de longa distância são:

- Redução de 40% da mão-de-obra;
- redução de 60% dos custos operacionais;
- maior velocidade de operação, correspondente a 80%;
- aumento na qualidade dos serviços; e
- maior disponibilidade de informações.

O maior obstáculo para a difusão das redes de informação é a inadequação da infra-estrutura de telecomunicações e o elevado custo dos canais de transmissão. A automação bancária ainda tem por obstáculo o custo dos equipamentos, falta de mão-de-obra especializada e assistência técnica adequada.

O Bradesco é o dono do maior parque de informática e teleprocessamento instalado na América Latina, seguindo uma política de modernização permanente do seu sistema. Utiliza rede de longa distância desde a década de 70, conectada a filiais, clientes corporativos, clientes especiais e bancos de dados. A rede comporta dados, videotexto, teletexto, correio eletrônica (interno) e toll free. A rede em 1993 dava suporte a 37 milhões de lançamento diários atendendo a mais de 2,8 milhões de clientes, com um parque de processamento de dados com capacidade instalada de 901,3 MPS (milhões de instruções por segundo). Os investimento realizados no primeiro semestre de 1994, da ordem de US$85,4 milhões, permitiram a expansão da capacidade instalada do banco em 310 MPS.

A estratégia do banco de melhorar o atendimento a seus clientes, levou ao crescimento da importância relativa das transações em auto-atendimento, quando comparadas com as transações de caixa. Por outro lado, o banco tem buscado diversificar seus serviços com lançamento de novos produtos, como cartões de afinidades, cartões para beneficiários da previdência social, cartões de pagamentos de cobrança(para pagamento de consórcios, condomínios e etc.) e seguros de automóvel com atendimento 24 horas. Todos estes serviços

exigem suporte de rede de dados indicando uma tendência de expansão (Ibid.,, 1995, p33)

Os bancos brasileiros estão entre os maiores consumidores de informática do mundo. No total, os gastos com automação alcançaram US$ 4,3 bilhões de dólares em 1996, segundo levantamento da empresa Ernest Young (Revista exame, maio/97, p. 60). em termos relativos, os gastos dos bancos brasileiros com esquipamentos e serviços de informática e de telecomunicações são até maiores que os dos americanos.

Segundo a revista Computer (Revista Exame, maio/97, p.61) o Bradesco está entre os 100 maiores consumidores de equipamentos e serviços de informática do mundo e o Itaú entre os 200. Em 1996 o Itaú investiu US$ 315,8 milhões, o Bradesco investiu US$ 190 milhões em automação, o Unibanco e o Real US$ 150 milhões cada, o Excel US$ 70 milhões. Tais valores representam uma parcela significativa do faturamento dos grandes fornecedores de equipamentos. Os bancos brasileiros estão entre os 10 maiores clientes da IBM e em 1996 um terço da receita da Microsoft no País US$ 70 milhões vieram dos bancos.

No Brasil, os bancos realizam uma série de tarefas que não costumam ser de sua responsabilidade em outros Países: "funcionam como uma grande máquina arrecadadora e pagadora" (Exame, maio/97, p.62). Neste contexto o processamento manual implicaria custos elevados.

Dados da Febraban, entidade que reúne os bancos no País, informam que circulam mensalmente pelo sistema financeiro US$ 64 milhões de pagamento de conta de água, luz, telefone e gás; que cerca de 14 milhões de aposentados recebem seus benefícios a cada mês na rede bancária; passam pelos guichês 20 milhões de recolhimentos de tributos federais e estaduais; circulam ainda 50 milhões de bloquetes de cobrança por mês e 5 trilhões de cheques por ano.

Atualmente os bancos procuram aumentar sua eficiência para oferecer produtos e serviços a preços competitivos. Em vez de investir para dar velocidade à circulação do dinheiro, os bancos tem procurado introduzir por todos os meios canais de distribuição mais baratos do que as agências tradicionais, como banco por telefone, o home banking e o auto serviço. Todos esses canais, em maior ou menor grau, implicam ampliação da automação. Até a aplicação do plano de estabilização, o cliente precisava do banco para não ver o seu dinheiro desintegrar-se, hoje os bancos precisam cortejá-lo para ganhar escala e sobreviver. A era da velocidade das transações está cedendo lugar à era da conveniência dos serviços.

A economia de custos com o uso de novos canais de distribuição é significativa. Uma operação no caixa da agência custa, em média 2 reais; por telefone ou fax, 76 centavos, pelo auto-atendimento, o custo cai para 58 centavos e no home-banking, 29 centavos.

Atualmente, há cerca de 1 milhão de clientes se relacionando com seu banco por meio do home banking. Isso representa 15% do total de clientes que têm linha telefônica e 30% do total de microcomputadores do País. Segundo o vice presidente do Citibank, o estágio de desenvolvimento da automação bancária no Brasil é muito maior do que em outras partes do mundo. O Citibank está testando um sistema de home banking em sua filial brasileira e em outros Países da América Latina, desenvolvido por uma empresa paulista a EverSystems (Exame, maio/97, p. 63), se aprovado, poderá ser adotado pelo Citi no mundo inteiro, ..."o fato do Citi estar adotando um software brasileiro para seu home banking em outros Países pode ser surpresa....., mas com a globalização, temos especialistas em muitos campos em diversas partes do mundo".

A busca incessante da redução de custos pelos bancos e a automação tem explicação na estabilidade econômica. A estabilidade econômica caracteriza um quadro de participação mais realista do sistema financeiro na geração do produto.

CONCLUSÃO

O processo de internacionalização do sistema financeiro no Brasil começou através do setor produtivo, via dívida externa na década de 60. O aperfeiçoamento do setor foi delineado a partir da reforma do sistema financeiro (1964-1967) viabilizando e permitindo especialização e segmentação do setor bancário, e limitando por outro lado, a participação dos bancos estrangeiros na *indústria bancária*.

Os longos períodos de instabilidade econômica e altas taxas de inflação delinearam um perfil muito peculiar, para o segmento bancário, o de financiador de um único cliente o Estado. Por outro lado, neste período os bancos puderam usufruir de altos ganhos de capital em decorrência das receitas inflacionárias, demonstrando mobilidade para agilizar mudanças e de inovar, ao criar serviços bancários ágeis e adaptáveis as inconstâncias econômicas. Paralelamente à capacidade de inovar, os bancos brasileiros perderam a característica básica, a de financiadores do setor produtivo.

Os altos ganhos inflacionários, permitiram aos grandes bancos o acesso e desenvolvimento de tecnologia de informação, que tem revolucionado o setor financeiro mundial. Por outro lado, descaracterizou o setor bancário face os bancos internacionais, em sua função principal, a de intermediador de recursos.

Com a abertura da economia e a mudança na estratégia de financiamento da dívida externa, em 1994, através de um crescente incentivo para a entrada de capitais externos, os bancos brasileiros pareceram acordar para a nova realidade: a concorrência internacional. As primeiras queixas começam a surgir, como na Revista Carta Capital (julho-1997), aqueles que sempre pregaram por uma economia aberta e sem a intervenção do governo, aconselham as autoridades a não permitirem que os bancos internacionais ocupem mais do que 30% do mercado.

Os bancos internacionais esperam a muito, a abertura da *indústria bancária*, é que demonstra os 169 escritórios de representações deste bancos instalados no Brasil. Os BI também concorrem com os bancos nacionais, quanto a administração dos fundos de investimento. Dos 10 maiores fundos de investimento nacional em valor de patrimônio líquido em 1997, aparecem três BI (Citibank, CCF e Boston), ocupando respectivamente a sexta, sétima e a nona posição. Se fossem excluídos o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o ranking mudaria para, quarta , sexta e sétima posição. (Anexo II, p.30)

Os bancos internacionais estão aumentando seus investimentos diretos no setor bancário nacional. Das dezoito operações de aquisição no setor bancário

Fac. Ciências Econ. / UFMG
Biblioteca
12.823
Seção Mestrado

no período outubro/95 - junho/97, oito bancos nacionais foram adquiridos por bancos estrangeiros. E o resultado destas operações é a entrada do 11º banco do mundo o HSBC Banking, que adquiriu o Bamerindus, e Santander o maior banco da Espanha.

A internacionalização do sistema bancário brasileiro, segue uma tendência mundial, devido a globalização da economia em todos os segmentos. E o que justifica este fenômeno é a internacionalização do capital e o avanço da tecnologia de informação e processamento de dados, que permite aos investidores internacionais, a perfeita informação e consequentemente a mobilidade do capital.

BIBLIOGRAFIA

ALIBER, Robert Z., *O jogo monetário internacional*, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1976, p.450

ALMEIDA FILHO, Aristides Ribeiro de, *O jogo monetário internacional*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p.437

BAER, Mônica, *A internacionalização financeira no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1986, p.159

BURTLE, James & ROLFE, Sidney, *O sistema monetário mundial*, uma reinterpretação, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.330

CARVALHO, Fernando Cardim & STUDART, Rogério, *Acordo da Basiléia*, Boletim de Conjuntura, Rio de Janeiro, vol. 15, n.º 4, p.27, 1995

DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley, *Macroeconomia*, São Paulo, Makron Books, 5 ed., 1991, p.929

IANNI, Octávio, *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, 2ª ed., p.288

FRIEDEN, Jeff, *As finanças internacionais e o estado nos Países capitalistas avançados e nos menos desenvolvidos*, Revista de economia Política, vol. 3, n.º 4, 1983. p. 57-84

GALVEAS, Ernane, *A crise mundial e a estratégia brasileira de ajustamento do balanço de pagamentos*, Relatório Banco Central, 1983, p.29-75

LOPES, João do Carmo & ROSSETTI, José Paschoal, *Economia monetária*, São Paulo, Atlas, 1996, p.368

RIBAS, Ricardo Leônidas, *Perspectivas do Sistema Financeiro*, Revista de Economia da FEE, Porto Alegre, 1995, p. 69

RIEHL, Heinz & *RODRIGUES*, Rita Maria, *Câmbio e mercados financeiros - As técnicas das operações em moedas locais e estrangeiras*, São Paulo, Macgraw Hill, 1988, p.346

SACHS, Jeffrey D. & LARRAIN B., Felipe, *Macroeconomia*, São Paulo, Makron Books, 1995, p. 904

STANFORD, John D., *Moeda,bancos e atividade econômica*, São Paulo, Atlas, 1981, p.371

SAUL, Nestor, *euromercados*, Porto Alegre, ed. Ortiz, 1991, p.83

VASCONCELLOS, Marco A. S. et alli, economia brasileira contemporânea, São Paulo, Atlas, 1996, p.291

TIGRE, Paulo Bastos, *Tecnologia da informação e desenvolvimento de novas evidências sobre sua difusão e impactos econômicos*, Revista Brasileira de Economia, FGV, Rio de Janeiro, vol. 49, n.º 4, 1995, p.20

WILLIANSON, John, *economia aberta e economia mundial - um texto de economia internacional*, Rio de Janeiro, ed. Campos, 1989, p.316

TAVARES, Maria Conceição, *A crise financeira global*, Revista de economia Política, São Paulo, vol. 3, nº2, 1993, p. 47

PERIÓDICOS

ANDIMA - *Retrospectiva 1995*, Rio de Janeiro, ed. Especial, 1995, p.27

BACEN - *Relatório Anual Banco Central*, Brasília, 1991/95, p. 365

BACEN - *Linha Direta*, SUREL/REPUB, dezembro, 1995, p.8

BACEN - *Suplemento Estatístico*, Brasília, março/97, p.437

CEPAL - *Pensamento Ibero Americano*, Revista de Economia Política, Madri, 1995, p. 369

EXAME - *Revista Exame - Melhores e Maiores/97*, julho/97, p.66

RESOLUCAO N. 002337

Autoriza a instituicao do registro declaratorio eletronico no ambito do Banco Central do Brasil e altera dispositivos relacionados a investimentos externos em portfolio.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessao realizada em 28.11.96, com base nos arts. 4., incisos V e XXXI, e 57 da referida Lei e nas Leis n.s 4.131, de 03.09.62, com as modificacoes introduzidas pela Lei n. 4.390, de 29.08.64, 4.728, de 14.07.65, 6.385, de 07.12.76, no paragrafo 2., art. 65 da Lei n. 9.069, de 29.06.95, e nos Decretos-Leis n.s 1.986, de 28.12.82, e 2.285, de 23.07.86,

R E S O L V E U:

Art. 1. Estabelecer que estao sujeitos a registro no Banco Central do Brasil, independentemente do tipo, meio e forma utilizados nas operacoes:

I - Os investimentos externos no Pais, os emprestimos e financiamentos concedidos a residentes no Pais, e as transferencias de tecnologia contratadas entre residentes e nao residentes no Pais, em moeda nacional ou estrangeira, ou sob a forma de bens ou servicos;

II - Os investimentos brasileiros no exterior e os emprestimos e financiamentos concedidos a residentes no exterior, por residentes no Pais, em moeda nacional ou estrangeira, ou sob a forma de bens e servicos;

III - O retorno, as remuneracoes e remessas dos capitais de que tratam os incisos I e II deste artigo.

Art. 2. Autorizar o Banco Central do Brasil a adotar as providencias necessarias para que o registro de que trata o art. 1. desta Resolucao seja efetuado de forma declaratoria e por meio eletronico, observada a regulamentacao em vigor.

Paragrafo 1. A implementacao do registro de que trata o "caput" deste artigo sera feito por etapas, iniciando-se pelos investimentos externos em portfolio.

Paragrafo 2. Considera-se investimento externo em portfolio para os efeitos do paragrafo anterior:

I - Sociedades de Investimento - Capital Estrangeiro, conforme Regulamento Anexo I a Resolucao n. 1.289, de 20.03.87 e regulamentacao posterior;

II - Fundos de Investimento - Capital Estrangeiro, conforme Regulamento Anexo II a Resolucao n. 1.289, de 20.03.87 e regulamentacao posterior;

III - Carteiras de Titulos e Valores Mobiliarios mantidas no Pais por entidades mencionadas no art. 2. do Decreto-Lei n. 2.285, de 23.07.86, conforme Regulamento Anexo III a Resolucao n. 1.289, de 20.03.87, Instrucao CVM n. 67, de 25.06.87 e regulamentacao posterior;

IV - Carteiras de Valores Mobiliarios mantidas no Pais por investidores institucionais estrangeiros, conforme Regulamento Anexo IV a Resolucao n. 1.289, de 20.03.87, Instrucao CVM n. 169, de 02.01.92 e regulamentacao posterior;

V - investimentos efetuados pelo mecanismo de "Depositary Receipts", conforme Regulamento Anexo V a Resolucao n. 1.289, de 20.03.87 e regulamentacao posterior;

VI - Fundos de Conversao - Capital Estrangeiro, conforme Resolucao n. 1.460, de 01.02.88, Instrucao CVM n. 227, de 23.12.94 e regulamentacao posterior;

VII - Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro, conforme Resolucao n. 2.034, de 17.12.93 e regulamentacao posterior;

VIII - Fundos de Privatizacao - Capital Estrangeiro, conforme Instrucoes CVM n.s 157, de 21.08.91, 175, de 06.02.92, e 222, de 21.10.94 e regulamentacao posterior;

IX - investimentos externos em Fundos de Investimento Imobiliario, conforme Resolucao n. 2.248, de 08.02.96, Instrucao CVM n. 205, de 14.01.94 e regulamentacao posterior; e

X - investimentos externos em Fundos Mutuos de Investimento em Empresas Emergentes, conforme Resolucao n. 2.247, de 08.02.96, Instrucoes CVM n.s 209, de 25.03.94, e 246, de 18.03.96 e regulamentacao posterior.

XI - outras modalidades de aplicacao que venham a ser regulamentadas, a criterio do Banco Central do Brasil e da Comissao de Valores Mobiliarios no limite de suas competencias.

Art. 3. O Banco Central do Brasil e a Comissao de Valores Mobiliarios, nas respectivas areas de competencia, ficam autorizados a adotar as medidas e baixar normas complementares que se fizerem necessarias a execucao do disposto nesta Resolucao.

Art. 4. Esta Resolucao entra em vigor na data de sua publicacao.

Art. 5. Ficam revogados os arts. 22 a 29 do Regulamento Anexo I, 26 a 31 do Regulamento Anexo II, 16 a 21 do Regulamento Anexo III, 14 a 19 do Regulamento Anexo IV e arts. 4. a 6. do Regulamento Anexo V, a Resolucao n. 1.289, de 20.03.87.

Brasilia, 28 de novembro de 1996

Gustavo Jorge Laboissiere Loyola
Presidente

*** FIM DE IMPRESSAO ***

CIRCULAR N. 002726

Estabelece as modalidades de aplicacao de recursos captados a o amparo da Resolucao n. 63/67.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessao realizada em 30.10.96, com base no Decreto-lei n. 448, de 03.02.69, e no item II da Resolucao n. 1.128, de 15.05.86,

D E C I D I U:

Art. 1. Os recursos captados no exterior, nos termos da Resolucao n. 63, de 21.08.67, enquanto nao empregados em operacoes de repasses de que trata aquele normativo, somente podem ser aplicados em:

I - repasses interbancarios, nos termos da Circular n. 708, de 24.06.82;

II - operacoes de arrendamento mercantil, na forma da Resolucao n. 2.309, de 28.08.96;

III - aquisicoes de direitos creditorios oriundos de operacoes de credito e de arrendamento mercantil realizadas pelas instituicoes financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, decorrentes de contratos celebrados no mercado interno com lastro em recursos captados no exterior e que contenham clausula de variacao cambial, nos termos do art. 4. da Resolucao n. 1.962, de 27.08.92;

IV - depositos em moeda nacional no Banco Central do Brasil, sem remuneracao;

V - Notas do Tesouro Nacional, serie "D" (NTN-D), nos c a sos de emprestimos externos autorizados ou registrados ate 08.02.96, exclusivamente pelos prazos estipulados nos respectivos registros e autorizacoes.

VI - depositos constituidos em dolar dos Estados Unidos, mediante credito do respectivo valor em conta de Banco Central do Brasil junto a banqueiro no exterior por ele indicado, remunerado, sendo os referidos juros pagos juntamente com o valor do deposito liberado, mediante credito a conta especificada pelo estabelecimento depositante.

Paragrafo unico. O Departamento de Operacoes Internacionais (DEPIN), divulgara boletim informativo diario, via SISBACEN, indicando o banqueiro no exterior onde o deposito de que trata o Inciso VI deste artigo devera ser constituido, a taxa de remuneracao do deposito e outras informacoes pertinentes.

Art. 2. O deposito no Banco Central do Brasil de que trata o Inciso IV do artigo 1o devera ser efetuado na mesma data em que constatada a existencia de recursos nao aplicados nas demais alternativas elencadas por esta Circular, admitido o recolhimento no dia util imediatamente seguinte, mediante pagamento de custo financeiro calculado nos termos da Circular n. 2.696, de 20.06.96.

Paragrafo 1. Constatada insuficiencia no recolhimento do deposito de que trata este artigo, a instituicao financeira incorrera no pagamento de custo financeiro calculado sobre o valor da deficiencia apurada, nos termos da Circular n. 2.696, de 20.06.96.

Paragrafo 2. O custo financeiro referido no paragrafo anterior sera calculado para cada dia do periodo em que perdurar a deficiencia e sera devido no dia util seguinte ao da ocorrencia, podendo ser debitado na data em que devido ou, a opcao da instituicao,

em data presente, nesse caso atualizado com base na taxa diaria dos depositos interfinanceiros (DI).

Paragrafo 3. Os fatores diarios utilizados para fins de calculo do custo financeiro poderao ser obtidos mediante consulta as transacoes PTAX860 e PTAX880 do Sistema de Informacoes Banco Central - SISBACEN.

Paragrafo 4. Ocorrendo erro ou atraso na prestacao das informacoes relativas a constituicao do deposito de que trata este artigo, a instituicao financeira ficara sujeita a multa prevista na Resolucao n. 2.194, de 31.08.95.

Paragrafo 5. O Departamento de Operacoes Bancarias - DEBAN podera baixar as normas complementares necessarias a operacionalizacao do deposito de que se trata, inclusive estabelecendo escalonamento para a constituicao do deposito eventualmente devido na data de entrada em vigor desta Circular.

Art. 3. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicacao.

Art. 4. Fica revogada a Circular n. 2.670, de 01.03.96.

Brasilia, 31 de outubro de 1996

Francisco Lafaiete de Padua Lopes
Diretor

Gustavo H. B. Franco
Diretor

Alkimar Ribeiro Moura
Diretor

Obs.: Retransmitida em virtude de alteracoes no art. 1. e seu inciso II, art 2. e seu paragrafo 1. e art. 4..

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:45:07 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899106

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATORI
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/0

TIPO: FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CGC: 00.666.384 NOME: BCN FIEX FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BC
ENDERECO: AVENIDA ANDROMEDA, S/N MUNIC.: BARUERI

CGC: 00.231.593 NOME: BOAVISTA FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BO
ENDERECO: PRACA PIO X, 118 MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 01.179.473 NOME: BOZANO, SIMONSEN CF - FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BO
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 3. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 74.326.471 NOME: BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BR
ENDERECO: CIDADE DE DEUS MUNIC.: OSASCO

CGC: 00.207.879 NOME: CCF PREMIER FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: CC
ENDERECO: RUA JORGE COELHO, 16 - 1.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 01.092.702 NOME: CCF VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: CC
ENDERECO: RUA JORGE COELHO 16 1, 3, 4 E 5 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.000.571 NOME: DEUTSCHE BANK - FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: DE
ENDERECO: RUA ALEXANDRE DUMAS, 2200 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.231.585 NOME: EMERGING MARKET FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BO
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 14 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 01.125.466 NOME: FONTE CINDAM CF FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: FO
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 17. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 96.524.137 NOME: FUNDO BANDEIRANTES DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR SIGLA: BA
ENDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1276-10.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.209.615 NOME: FUNDO BBA - CREDITANSTALT II DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BB
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37, 20.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.442.906 NOME: FUNDO BBA CREDITANSTALT III DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BB
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37 - 20.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 69.259.315 NOME: FUNDO BOSTON DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: FD
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 501 - 6.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.310.067 NOME: FUNDO BOSTON DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR PRIVATE FIE SIGLA: BO
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 501-6.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.231.584 NOME: FUNDO BOZANO, SIMONSEN DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: BO
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 14 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.360.293 NOME: FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR - BB-FIEX SIGLA: BB
ENDERECO: RUA SENADOR DANTAS, 105 - 35. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 01.775.258 NOME: FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR BOSTON FIEX SIGLA: BO
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 501 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.309.256 NOME: FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR GERAL DO COMERCIO SIGLA: GE
ENDERECO: RUA FUNCHAL, 160 - 5.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.523.853 NOME: FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SUDAMERIS SCALA SIGLA: FI
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1000 - 7 E 8 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.217.214 NOME: FUNDO FINASA DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: FI
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1450 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.332.558 NOME: FUNDO INTERFINANCE DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: IN
ENDERECO: AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA,2020 - 7.ANDAR CJ.72 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.211.454 NOME: FUNDO OURINVEST DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: OU
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1728 - 7/10 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:45:07 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899106

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATOR
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/

TIPO: FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CGC: 00.211.452 NOME: FUNDO OURINVEST DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR 18 SIGLA: O
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1728 - 7/10 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.211.449 NOME: FUNDO OURINVEST DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR 5 SIGLA: O
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1728 - 7/10 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.207.964 NOME: FUNDO PACTUAL DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: P
ENDERECO: AV. REPUBLICA DO CHILE, 230 - 28 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.383.795 NOME: FUNDO PATRIMONIO CB DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: P
ENDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA,2000-5.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.236.996 NOME: ICATU I FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 9 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.236.990 NOME: ICATU II FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 9 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.212.471 NOME: ING BANK - FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3064 - 10 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.368.785 NOME: ITAU INTERNATIONAL FUND FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: RUA BOA VISTA, 185 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.242.070 NOME: LAVRA INTERNACIONAL - FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: RUA HADDOCK LOBO, 595 - 5 E 6 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.470.679 NOME: PATRIMONIO FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2000 - 5.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.814.990 NOME: PONTUAL FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA 2439 6 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.222.724 NOME: REAL FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1374-8.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 01.262.938 NOME: RENDIMENTO FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AV. BRIG. FARIA LIMA, 2092, 19 A. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.222.818 NOME: UNIBANCO FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR SIGLA: I
ENDERECO: AVENIDA EUSEBIO MATOSO, 891 MUNIC.: SAO PAULO

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 36

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 36

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

IMPRESSO EM 08/07/97 - 16:05:05 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899876

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATORI
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/(

TIPO: FUNDO DE PRIVATIZACAO - CAPITAL ESTRANGEIRO

CGC: 01.842.564 NOME: ANTUERPIA FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: AI
ENDERECO: AV. PAULISTA, 37, 12 A. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.146.386 NOME: BAHIA FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: BA
ENDERECO: AV TANCREDO NEVES, 1186 - SALA 1401/02 MUNIC.: SALVADOR

CGC: 00.741.818 NOME: BB FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA SENADOR DANTAS, 105-36 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.177.708 NOME: BEACON FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: BI
ENDERECO: AV. PAULISTA, 37, 12 A. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 40.303.802 NOME: BRASINCO I-A-FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: BI
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 14. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 40.303.810 NOME: BRASINCO II FUNDO DE PRIVATIZACAO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: BI
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 14. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.374.932 NOME: BTI FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: BT
ENDERECO: ALAMEDA SANTOS 1940 3 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.519.178 NOME: CCF FUNDO PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO - FMP1 SIGLA: CC
ENDERECO: RUA JORGE COELHO, 16 - 1,3/5 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.145.254 NOME: CHASE FOREIGN PRIVATIZATION FUND - FUND PRIV CAP EST SIGLA: CH
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO, 1400 (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.573.560 NOME: DLJ FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: DI
ENDERECO: RUA BOA VISTA, 176 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.846.356 NOME: FUNDO CITIBRAZIL INVESTMENTS F PRIV CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: FC
ENDERECO: AV PAULISTA, 1111 12A PARTE MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.896.284 NOME: FUNDO OMNI DE PRIVATIZACAO CE SIGLA: OM
ENDERECO: AV. REP. DO CHILE, 230 - 28. E 29. ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 73.348.542 NOME: GARANTIA III FUNDO DE PRIVATIZACAO-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: GA
ENDERECO: AV PAULISTA, 1106, 7. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.156.845 NOME: GRAPHUS FUNDO PRIV CAP EST SIGLA: GR
ENDERECO: AV PRES VARGAS, 409 - 17 ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 40.365.553 NOME: ICATU FUNDO DE PRIVATIZACAO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: IC
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 2 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.329.434 NOME: ICATU II FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: IC
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 9 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.624.140 NOME: ICATU III FUNDO DE PRIVATIZACAO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: IC
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 9. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.624.139 NOME: ICATU V FUNDO DE PRIVATIZACAO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: IC
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 9. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 01.047.939 NOME: LIBERAL AAA FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: LI
ENDERECO: RUA DO CARMO, 7 - 8. E 10. ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.103.262 NOME: LIBERAL ENERGY FUNDO DE PRIVATIZACAO-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: LI
ENDERECO: RUA DO CARMO, 7-5 E 8 ANDARES (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.594.618 NOME: NORCHEM ALFA FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: NO
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1842 13A. TORRE NORTE MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.594.617 NOME: NORCHEM BETA FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: NO
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1842 13A. TORRE NORTE MUNIC.: SAO PAULO

IMPRESSO EM 08/07/97 - 16:05:05 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899876

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATOR
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/

TIPO: FUNDO DE PRIVATIZACAO - CAPITAL ESTRANGEIRO

CGC: 00.567.462 NOME: PACTUAL FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: P
ENDERECO: AV. REPUBLICA DO CHILE, 230 - 28 E 29. ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.704.768 NOME: PFI FUNDO DE PRIVATIZACAO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: P
ENDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 2000 - 5 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.878.021 NOME: TELENERGY FUNDO DE PRIVATIZACAO DE CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: T
ENDERECO: RUA DO CARMO, 7 - 8. ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 25

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 25

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:23:43 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898603

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATOR
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/

TIPO: BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO - FILIAL NO PAIS

CGC: 72.971.922 NOME: BANCO COMERCIAL PARAGUAYO S.A. SIGLA: B
ENDERECO: RUA PAMPLONA, 818 - 9. AND. - SALA 92 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.042.151 NOME: BANCO DE LA NACION ARGENTINA SIGLA: B
ENDERECO: AV. PAULISTA, 2319 - SOBRELOJA MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 44.189.447 NOME: BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES SIGLA: L
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 425, 26. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 51.938.876 NOME: BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY SIGLA: L
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1776 - 9 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 61.088.183 NOME: BANCO EUROPEU PARA A AMERICA LATINA (BEAL) S.A. SIGLA: B
ENDERECO: RUA BELA CINTRA, N 952 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 45.283.173 NOME: BANCO EXTERIOR DE ESPANA S.A. SIGLA: E
ENDERECO: AV.ROQUE PETRONI JR.,999 - 1.A., CJ. 11 E 12 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.466.988 NOME: BANCO FINANCIAL PORTUGUES SIGLA: F
ENDERECO: ALAMEDA SANTOS 905 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 42.593.459 NOME: BANCO FRANCES URUGUAY SA SIGLA: F
ENDERECO: AV. PAULISTA, 2439, 7. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 51.035.004 NOME: BANCO SANTANDER DE NEGOCIOS S.A. SIGLA: B
ENDERECO: AV. PAULISTA, 37,16.AND.,ED.PRQ.CULTURAL PAULISTA MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 50.290.345 NOME: BANCO UNION, S.A.C.A. SIGLA: U
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1708 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 45.686.953 NOME: CENTRO HISPANO BANCO SIGLA: H
ENDERECO: AV PAULISTA 1754 18 ANDAR CJ 18 B MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.042.953 NOME: CITIBANK N.A. SIGLA: C
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1111 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 60.044.112 NOME: DRESDNER BANK LATEINAMERIKA AKTIENGESELLSCHAFT SIGLA: D
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO, 1488 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 49.336.860 NOME: ING BANK N.V. SIGLA: I
ENDERECO: AV.BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3064-10 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 61.383.170 NOME: LLOYDS BANK PLC SIGLA: L
ENDERECO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1461, 10. AO 18. ANDS. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 46.518.205 NOME: MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK SIGLA: M
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1294 - 7 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.140.666 NOME: THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON SIGLA: F
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, N. 487 MUNIC.: SAO PAULO

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 17

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 17

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:21:39 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898573

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6402 - INFORMACOES
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/0

TIPO: BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO

CGC: 01.023.570 NOME: BANCO RABOBANK DO BRASIL S.A. SIGLA: RA
ENDERECO: AV. NACOES UNIDAS, 12995 - 9 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO
TELEF.: 00000000000 FAX: 00000000000 CAM.COMPENS.: 747 NAT.JURID.: SOCIEDADE ANONIMA DE CAP
REGIAO: SUDESTE JURISDICAO: DESPA DEP.FISCALIZADOR: DESPA

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 1

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 1

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:22:41 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898584

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6402 - INFORMACOE
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/

TIPO: BANCO COMERCIAL PRIVADO COM PARTIC. ESTRANGEIRA

CGC: 27.894.443 NOME: BANCO BRASILEIRO-IRAQUIANO S.A. SIGLA: B
ENDERECO: AV. RIO BRANCO N. 110 - 17 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO
TELEF.: 02102532255 FAX: 00212533498 CAM.COMPENS.: 501 NAT.JURID.: SOCIEDADE ANONIMA DE CA
REGIAO: SUDESTE JURISDICAO: DERJA DEP.FISCALIZADOR: DERJA

CGC: 17.277.765 NOME: BANCO PLANIBANC S.A. SIGLA: P
ENDERECO: AV PRES JUSCELINO KUBITSCHEK, 1830 TORRE 2 5A MUNIC.: SAO PAULO
TELEF.: 01108668788 FAX: 00118667887 CAM.COMPENS.: 277 NAT.JURID.: SOCIEDADE ANONIMA DE CA
REGIAO: SUDESTE JURISDICAO: DESPA DEP.FISCALIZADOR: DESPA

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 2

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 2

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:30:30 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898844

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATO
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08

TIPO: BANCO MULTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO

CGC: 33.066.408 NOME: BANCO ABN AMRO S.A. SIGLA:
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO, 1711-SUBSOLO, TERREO, 1,2,3,4 AN MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 60.419.645 NOME: BANCO AMERICAN EXPRESS S.A. SIGLA:
ENDERECO: RUA TENENTE NEGRAO, N.140 - 10.ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 59.109.165 NOME: BANCO AUTOLATINA S.A. SIGLA:
ENDERECO: RUA VOLKSWAGEN, 291 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 01.522.368 NOME: BANCO BANQUE NATIONALE DE PARIS BRASIL SA SIGLA:
ENDERECO: RUA JOAQUIM FLORIANO 72 18 ANDAR CJ 181 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.086.413 NOME: BANCO BNL DO BRASIL S.A. SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1963 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.254.319 NOME: BANCO CCF BRASIL S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV. BRIG. FARIA LIMA, 3064, 1.,3. E 4.ANDS. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.172.537 NOME: BANCO CHASE MANHATTAN S.A. SIGLA:
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO, 1400 (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.479.023 NOME: BANCO CITIBANK S.A. SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1111 - 2 ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 74.828.799 NOME: BANCO COMERCIAL URUGUAI S/A SIGLA:
ENDERECO: RUA URUGUAI, 155 CJ. 1035 MUNIC.: PORTO ALEGRE

CGC: 60.498.557 NOME: BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI BRASIL SA SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA 1274 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 62.237.425 NOME: BANCO FIAT S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV PAULISTA, 967 - 14 AND E 15 AND (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 90.731.688 NOME: BANCO FORD SA SIGLA:
ENDERECO: AV. HENRY FORD, 1787, PORTAO 4 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 60.872.504 NOME: BANCO FRANCES E BRASILEIRO S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV. PAULISTA , 1318 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 17.352.667 NOME: BANCO GENERAL MOTORS S.A. SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA INDIANOPOLIS,3096 BL.A(2/3AND.),BL.B(6.AN) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 01.701.201 NOME: BANCO HSBC BAMERINDUS S.A. SIGLA:
ENDERECO: TRAVESSA OLIVEIRA BELO, 11-B 4. ANDAR MUNIC.: CURITIBA

CGC: 62.204.169 NOME: BANCO J P MORGAN S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV.PAULISTA, 1294-7 E 8 ANDARES(PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.852.567 NOME: BANCO LLOYDS S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA,1461-11.ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 62.073.200 NOME: BANCO MERRIL LYNCH S/A SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37 - 3.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.436.486 NOME: BANCO PORTUGUES DO ATLANTICO - BRASIL S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV. PAULISTA, 460, 8. E 16. ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 42.166.959 NOME: BANCO REPUBLIC NATIONAL BANK OF NEW YORK (BRASIL) SA SIGLA:
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1842 - 10 AND.-CJ.106 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 60.942.638 NOME: BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1000, 2. E 10. AO 16. ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 60.518.222 NOME: BANCO SUMITOMO BRASILEIRO S.A. SIGLA:
ENDERECO: AV. PAULISTA,949 MUNIC.: SAO PAULO

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:30 0 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898844

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATC
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08

TIPO: BANCO MULTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO

CGC: 60.394.079 NOME: BANKBOSTON BANCO MULTIPLO S/A SIGLA:
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 501-6. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 62.331.228 NOME: DEUTSCHE BANK S.A.BANCO ALEMAO SIGLA:
ENDERECO: RUA ALEXANDRE DUMAS 2200 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 29.030.467 NOME: DRESDNER BANK LATEINAMERIKA(BRASIL) S.A. BANCO MULTIPLO SIGLA:
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO, 1488 - 1. E 2. ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 92.791.813 NOME: MULTI BANCO S.A. SIGLA:
ENDERECO: RUA PADRE JOAO MANOEL, 923 - 8.ANDAR/PARTE MUNIC.: SAO PAULO

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 26

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 26

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:32:0 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898854

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATORI
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/0

TIPO: BANCO MULTIPLO NACIONAL COM PARTIC. ESTRANGEIRA

CGC: 28.195.667 NOME: BANCO ABC-ROMA S.A. SIGLA: AB
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37 - 14 E 15 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 75.647.891 NOME: BANCO AGF BRASEG SA SIGLA: AG
ENDERECO: RUA LUIZ COELHO 26 3 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 91.884.981 NOME: BANCO AGROINVEST S.A. SIGLA: AG
ENDERECO: RUA BERNARDO PIRES,1 8 2. ANDAR MUNIC.: PORTO ALEGRE

CGC: 61.230.165 NOME: BANCO AMERICA DO SUL S.A. SIGLA: AM
ENDERECO: AV. BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 2020 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 31.516.198 NOME: BANCO BBA-CREDITANSTALT S.A. SIGLA: BB
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA,37 - 18.(PARTE),19./20. ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 61.146.577 NOME: BANCO BCN BARCLAYS S.A. SIGLA: BC
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1842 - 24/25 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.517.640 NOME: BANCO BOZANO, SIMONSEN S.A. SIGLA: BO
ENDERECO: AV.RIO BRANCO, 138 - 14 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 33.923.111 NOME: BANCO BRASCAN S.A. SIGLA: BR
ENDERECO: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, N. 52 - 31. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 33.461.468 NOME: BANCO CREDIBANCO S.A. SIGLA: CR
ENDERECO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 52-4.AND=V END P/CORRESP MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 57.992.927 NOME: BANCO CREDITO METROPOLITANO S.A. SIGLA: ME
ENDERECO: ALAMEDA MINISTRO ROCHA AZEVEDO, 395 1 AO 4A MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 13.636.030 NOME: BANCO EUROINVEST S.A. - EUROBANCO SIGLA: EU
ENDERECO: PRACA OLAVO BILAC, 28 - SALAS 1601 A 1603 MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 33.550.104 NOME: BANCO EXPRINTER LOSAN S.A. SIGLA: EX
ENDERECO: AV. BRIG. FARIA LIMA, 1461, TORRE SUL, 8 A. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.098.518 NOME: BANCO FININVEST S.A. SIGLA: FI
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 2. E 11. AND. PARTES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 33.922.964 NOME: BANCO GULFINVEST S.A. SIGLA: GU
ENDERECO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 - 9 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 42.568.253 NOME: BANCO INTER-ATLANTICO S.A. SIGLA: IN
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, N. 110 - 29,30,32,33,42 MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 42.177.527 NOME: BANCO MULTIPLIC S.A. SIGLA: MU
ENDERECO: AVENIDA JURUBATUBA 73 PARTE MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 46.570.388 NOME: BANCO NORCHEM S.A. SIGLA: NO
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO 1400 PARTE MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 61.533.584 NOME: BANCO SOGERAL S.A. SIGLA: SO
ENDERECO: RUA VERBO DIVINO, 1207 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 59.438.325 NOME: BANCO SRL S.A. SIGLA: SR
ENDERECO: AV. BRIG. FARIA LIMA, 1355, 16 A. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 33.877.150 NOME: BANCO STERLING S.A. SIGLA: ST
ENDERECO: RUA MIGUEL COUTO, 98/100 MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 33.074.683 NOME: BANCO SUL AMERICA S.A. SIGLA: SU
ENDERECO: AV.PRES.JUSCELINO KUBITSCHEK,1830-7 AND, TORRE II MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 57.561.615 NOME: CONTINENTAL BANCO S.A. SIGLA: CO
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 2439 - 6 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:32:03 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8898854

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATOR

CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS

---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/

TIPO: BANCO MULTIPLO NACIONAL COM PARTIC. ESTRANGEIRA

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 22

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 22

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:38:35 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899036

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATOR
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08/

TIPO: FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO

CGC: 39.511.308 NOME: ATICO FUNDO DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: A
ENDERECO: AV RIO BRANCO, 181 - 29 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 40.167.603 NOME: BB FOREIGN FUND I-FUNDO DE INVESTIMENTO-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: F
ENDERECO: RUA MIGUEL CALMON,57-LJ.,SLJ. 2 E 5 ANDAR - PARTE MUNIC.: SALVADOR

CGC: 65.968.190 NOME: BIF - FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: B
ENDERECO: AV. EUZEBIO MATOSO, 891 - ED UNIBANCO MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 40.233.694 NOME: BRAZILIAN HOLDINGS - FUNDO DE INVESTIMENTO - CAP ESTRANGEIRO SIGLA: B
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1106-6 E 7 ANDARES (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 32.086.969 NOME: EFLA BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: E
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 2 AO 19 ANDARES (PARTES) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 31.602.469 NOME: EQUITY FUND OF BRAZIL-FUNDO DE INVEST.-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: E
ENDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 2 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 58.104.811 NOME: FUNDO CITI - BRASIL DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: C
ENDERECO: RUA DA ASSEMBLEIA, 100 - 26 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 57.863.607 NOME: FUNDO DE INVEST. CAPITAL ESTRANGEIRO BRASLVEST SIGLA: B
ENDERECO: FDO INV CAP ESTR BRASILVEST MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 38.887.535 NOME: FUNDO DE INVEST.CAPITAL ESTRANGEIRO RALLY SIGLA: R
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 501 - 12. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 40.380.578 NOME: FUNDO DE INVESTIMENTOS PEBB - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: P
ENDERECO: RUA GONCALVES DIAS, N. 30-A, 3. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 67.976.027 NOME: FUNDO INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANG SUDAMERIS MAESTOSO ACOES SIGLA: M
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1000 - 6 E 9 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 38.891.040 NOME: FUNDO VERTICE DE INVESTIMENTO DE CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: V
ENDERECO: RUA SAO BENTO, 545 - 10. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 67.848.713 NOME: FUNDO VERTICE III DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: V
ENDERECO: RUA SAO BENTO, 545 - 10. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.739.205 NOME: GARANTIA FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: G
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1106 - 7. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 58.730.706 NOME: GENERAL ELETRIC PENSIONS MASTER RETIREMENT ACCOUNT-FD.INV.CE SIGLA: G
ENDERECO: RUA DA ASSEMBLEIA, 100 - 26 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 40.198.392 NOME: GT BRAZIL FUND - FUNDO DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: G
ENDERECO: AV. PAULISTA, 1106 - 6 E 7 ANDARES (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 65.968.232 NOME: INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: I
ENDERECO: RUA FORMOSA, 367 - CONJS 1350/60 - ED CBI MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 35.809.599 NOME: INFINITY FUNDO DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: I
ENDERECO: RUA SENA MADUREIRA, 827 MUNIC.: FORTALEZA

CGC: 00.575.823 NOME: INTERFINANCE FUNDO DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: I
ENDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2020 CJ. 73 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 68.574.227 NOME: LIBERAL FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: L
ENDERECO: RUA DO CARMO, 7, 8. E 10. ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.801.766 NOME: LIBERAL XA FUNDO DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: L
ENDERECO: RUA DO CARMO, 7 - 8. ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 68.967.785 NOME: OASIS FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: O
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1728 - 7/10 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:38:35 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899036

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS RCIF6403 - RELATOI

---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08,

TIPO: FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO

CGC: 40.252.678 NOME: ROYAL - FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: F
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 2 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 40.252.652 NOME: SHARE - FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: S
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 2 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 32.082.166 NOME: SOUTH ATLANTIC FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: S
ENDERECO: AV.PRES.WILSON,231-2 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 31.603.723 NOME: TRITON FUNDO DE INVESTIMENTO CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: Q
ENDERECO: RUA SETE DE SETEMBRO, 71 - 14 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 67.632.257 NOME: UNITAS - FUNDO DE INVESTIMENTO - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA: U
ENDERECO: AV. NOVE DE JULHO, 4076 MUNIC.: SAO PAULO

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 27

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 27

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

*** FIM DE IMPRESSAO ***

MPRESSO EM 08/07/97 - 16:04:02 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899831

ANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATORI
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------- DATA CONSULTADA: 08/0

TIPO: FUNDO MUTUO DE INVESTIMENTO - EMPRESAS EMERGENTES

CGC: 00.899.618 NOME: BOZANO SIMONSEN ADVENT FUNDO MUTUO INV EMPRESAS EMERGENTES SIGLA: BO
NDERECO: AV. RIO BRANCO, 138 - 14. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

GC: 01.385.415 NOME: FUNDO BANDEIRANTES MUTUO INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES SIGLA: BA
NDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 1276 10 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

GC: 01.177.780 NOME: SC FUNDO MUTUO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES SIGLA: SC
NDERECO: RODOVIA ADMAR GONZAGA, 2765 - 3. ANDAR MUNIC.: FLORIANOPOLIS

TOTAL DE INSTITUICOES DO TIPO : 3

TOTAL DE INSTITUICOES PESQUISADAS: 3

---------- FINAL DE RELATORIO ----------

* FIM DE IMPRESSAO ***

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:42:01 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899084

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATO
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08

TIPO: FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO

CGC: 00.016.975 NOME: ABC ROMA FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV.PAULISTA, 37 -14 E 15 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.237.013 NOME: AGF BRASEG FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA LUIZ COELHO, 26 - 2ANDAR PARTE MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.856.353 NOME: BAHIA FOREIGN - FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: PRACA PIO X, 98 - 4, 5, 6 E 11 ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.741.813 NOME: BB-FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO PLUS SIGLA:
ENDERECO: RUA SENADOR DANTAS, 105 - 35. ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 71.734.818 NOME: BCN FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA ANDROMEDA S/N MUNIC.: BARUERI

CGC: 73.880.544 NOME: BOAVISTA FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: PRACA PIO X, 118 - 12 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 73.853.046 NOME: BRAZIL FIXED INCOME FUND FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANG SIGLA:
ENDERECO: RUA JORGE COELHO 16 1 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.142.119 NOME: BTI FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: ALAMEDA SANTOS, 1940 - 3. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.734.461 NOME: CITIBRAZIL BOND FUND-FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1111 -2.ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 35.791.789 NOME: CREDIBANCO-FUNDO DE RENDA FIXA-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1294 - 14. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.000.569 NOME: DEUTSCHE BANK - FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA ALEXANDRE DUMAS, 2200 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 96.538.442 NOME: DLJ EMERGING MARKETS FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA BOA VISTA, 176 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 01.083.378 NOME: EURO FIX FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA BELA CINTRA, 952 - 11. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.017.024 NOME: EXPONENCIAL FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA 37 12 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 01.312.085 NOME: FATORIAL FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV PAULISTA 37 12 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.734.396 NOME: FDO RENDA FIXA-CAP.ESTRANG.-THE FIRST BRAZILIAN BOND FUND SIGLA:
ENDERECO: RUA JORGE COELHO, 16 - 1.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.142.614 NOME: FIBRA YIELD - FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA JORGE COELHO, 16 - 6 E 7 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.739.403 NOME: FRED FUND-FUNDO DE RENDA FIXA-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV. PAULISTA, 37, 12 A. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.940.827 NOME: FUNDO BB-RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA SENADOR DANTAS, N. 105, 35 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.016.974 NOME: FUNDO BBA CREDITANSTALT YIELD RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA 37 - 18(PARTE), 19/20 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.734.651 NOME: FUNDO BBA-CREDITANSTALT DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37 - 20 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.257.489 NOME: FUNDO BRAZIL FIXED INCOME FUNDO RENDA FIXA UNIBANCO CAP ESTR SIGLA:
ENDERECO: AV EUZEBIO MATOSO 891 MUNIC.: SAO PAULO

IMPRESSO EM 08/07/97 - 15:42:01 HS - DESAL-RITA DBCBA34F/8899084

BANCO CENTRAL DO BRASIL - DEINF RCIF6403 - RELATO
CADASTRO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS
---------- SITUACAO: EM FUNCIONAMENTO NORMAL ------ DATA CONSULTADA: 08

TIPO: FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO

CGC: 73.881.229 NOME: FUNDO CAPITALTEC DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 - 31 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.633.189 NOME: FUNDO DE RENDA FIXA BAMERINDUS CAPITAL ESTRANGEIRO-CORPORATE SIGLA:
ENDERECO: RUA TEN. FRANCISCO F. DE SOUZA, 766, BL.2, ALA 8 MUNIC.: CURITIBA

CGC: 01.702.245 NOME: FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO MAJOR SIGLA:
ENDERECO: AV.BRIG. FARIA LIMA, 3064, 1, 3 E 4ANDS. MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.090.465 NOME: FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SUDAMERIS MAESTOSO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1000-6/9 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.016.971 NOME: FUNDO DE RENDA FIXA DE CAPITAL ESTRANGEIRO IBFIF 2 SIGLA:
ENDERECO: AV. BRIG. FARIA LIMA, 3064, 1., 3. E 4 ANDARES MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.142.184 NOME: FUNDO DE RENDA FIXA EAGLE -CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA LIBERO BADARO, 501- 7.ANDAR-PARTE MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.734.735 NOME: FUNDO DE RENDA FIXA SUL AMERICA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PRES.JUSCELINO KUBITSCHEK,1830-7A.TORRE 2 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.239.507 NOME: FUNDO FARAYA DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37 12 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.776.163 NOME: FUNDO FORFIX DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV REPUBLICA DO CHILE, 230 - 28 E 29 ANDARES MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 71.734.339 NOME: FUNDO GARANTIA DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1106 - 6 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 00.103.265 NOME: FUNDO KIEHL DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV. REPUBLICA DO CHILE, 230 - 28 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 00.734.613 NOME: FUNDO OURINVEST DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1728-7.AO 10.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.734.636 NOME: FUNDO RENTABILITY DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 37 - 20 ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.739.320 NOME: FUNDO SATURNO DE RENDA FIXA- CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1106, 6.ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.739.411 NOME: FUNDO SELENIUM DE RENDA FIXA-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1106, 6.ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.739.387 NOME: FUNDO SRL DE RENDA FIXA-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA. 2100-16.ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 86.968.120 NOME: FUNDO STANDARD BANK DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV.REPUBLICA DO CHILE, 230 - 28 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 73.789.067 NOME: FUNDO TETRA DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV. REPUBLICA DO CHILE, 230 - 28 ANDAR (PARTE) MUNIC.: RIO DE JANEIRO

CGC: 71.739.437 NOME: FUNDO TITAN DE RENDA FIXA-CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AVENIDA PAULISTA, 1106- 6.ANDAR (PARTE) MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 71.734.792 NOME: GAP FUNDO DE RENDA FIXA CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: RUA ALEXANDRE DUMAS, 2200 MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 74.682.451 NOME: GOAL INVESTMENT - FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: ALAMEDA SANTOS, 1940 - 3. ANDAR MUNIC.: SAO PAULO

CGC: 73.839.268 NOME: ICATU II FUNDO DE RENDA FIXA - CAPITAL ESTRANGEIRO SIGLA:
ENDERECO: AV. PRESIDENTE WILSON, 231 - 2 ANDAR MUNIC.: RIO DE JANEIRO